

01/07/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Egoísmo histórico](#)

[Presença de negros avança pouco em cursos de ponta das universidades](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Crescem no País as escolas internacionais](#)

[Risco de pasteurização](#)

[Para governo, sistema de controle de ponto é ‘precário’](#)

[Pode parecer incrível, mas tem impacto](#)

O GLOBO - RJ

[Namoro com a morte](#)

[Expectativa e realidade](#)

Imprensa Estadual

O DIA - PI

[Professor da rede estadual de ensino é selecionado para intercâmbio na Irlanda](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[NÚMEROS QUE PREOCUPAM A BAHIA](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[Desigualdade do ensino básico à universidade](#)

[Igualdade : próxima nos planos, distante na prática](#)

Agências de notícias e sites

JORNAL DIA A DIA

[Estudo orienta cirurgiões-dentistas sobre cuidados especiais para pacientes com microcefalia](#)

RADAR SANTA MARIA - DF

[Os seis números que resumem os seis meses da Educação na gestão Bolsonaro](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Função da Caixa não é só ‘ser rentável’, diz seu presidente](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Mudanças, cortes e manifestações: os seis números que resumem os seis meses da Educação na gestão Bolsonaro](#)

G1

[Fies do segundo semestre de 2019 encerra inscrições nesta segunda](#)

R7

[Termina nesta segunda-feira prazo para se inscrever no Fies para o 2º semestre](#)

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Educação moral e cívica vai voltar](#)

[Fundeb em debate](#)

[Educação e família](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Papo de velho](#)

[Usa-me](#)

O GLOBO - RJ

[Significado da educação](#)

Revistas

ISTOÉ - SP

[Analfabetismo](#)

CLIPPING



Imprensa Estadual

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Ensino superior e pesquisa científica no Brasil](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[Educar é preciso e urgente](#)

[Educação ajuda a construir o futuro do Polo Industrial](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Quem tem medo da educação a distância?](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Livro sobre desigualdade é o melhor em anos, diz Celso Rocha de Barros](#)

BLOG DO LUÍS NASSIF

[Corporações transnacionais tutelam o planejamento territorial do país, mostra pesquisa](#)

ISTOÉ DINHEIRO - SP

[Professores da rede pública fazem curso nos EUA](#)

MIXBRASIL

[Professores da rede pública fazem curso nos EUA](#)

O DOCUMENTO - MT

[Professores da rede pública fazem curso nos EUA](#)

O POVO - CE

[Professores da rede pública fazem curso nos EUA](#)

PORTAL ISTOÉ

[Professores da rede pública fazem curso nos EUA](#)

YAHOO! NOTÍCIAS

[Professores da rede pública fazem curso nos EUA](#)

G1

[Abandonada, obra de creche tem mato alto e infiltrações perto de posto de saúde em Cosmópolis](#)

[AP tem 97,2% dos alunos do ensino médio com baixa aprendizagem de matemática](#)

MEIO NORTE - PI

[Universidade pública para todos](#)

METRÓPOLES

[Mourão : educação moral e cívica pode voltar para currículos escolares](#)

R7

[Governo avalia retorno do ensino de educação moral e cívica, diz Mourão](#)

REPÓRTER HOJE

[Professores da rede pública fazem curso nos EUA](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Ministro adota no MEC estilo de menos gastos e mais guerra ideológica](#)

[Professores da rede pública fazem curso nos EUA](#)

Agências de notícias e sites

G1

[UFSCar Sorocaba oferece bolsa de pós-doutorado na área de Ciência dos Materiais](#)

DEFESA TV

[Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional investirá em recursos humanos e pesquisa](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[USP propõe reformular pós-graduação e reduzir tempo para formar doutores](#)

JORNAL INTEGRAÇÃO BRASIL

[Parceria entre Unioeste e empresa dos EUA para controle de pragas](#)

ME GUSTA CURITIBA

[Novo livro propõe critérios para indenizar o tempo desperdiçado nas relações de consumo](#)

NEWS RONDÔNIA

[PROFESSOR PESQUISADOR CLÉLIO CAMPOLINA MINISTRARÁ PALESTRA NA UNIR-CENTRO, NO DIA DOIS DE JULHO](#)

UEPG

[Capes libera R\\$ 496 mil para 21 programas de pós-graduação da UEPG](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Egoísmo histórico

Governo e elite sempre ignoraram o Museu Nacional

O museu queimou no dia 2 de setembro último. Dois séculos de investigação e pesquisa e 20 milhões de peças foram devorados pelo fogo. Mas muito pode ser salvo e há heróis trabalhando. Há duas semanas, o Ministério da Educação liberou-lhe um repasse de R\$ 908 mil. Foi a primeira parcela de um total de R\$ 12 milhões previstos para 2019. O governo deve achar esse valor uma fortuna.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2019/07/egoismo-historico.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Presença de negros avança pouco em cursos de ponta das universidades

No Top 10 do RUF (Ranking Universitário Folha), percentual passou de 26% para 27% entre 2011 e 2016

Brasília e São Paulo

A presença de negros no ensino superior tem tido alguns avanços recentes, mas nos melhores cursos do país o retrato racial é de uma desigualdade mais acentuada.

Dados do Censo da Educação Superior, do Ministério da Educação, tabulados pela Folha mostram que o movimento de inclusão de alunos negros nos últimos anos não alcançou a parcela de cursos mais bem avaliada e de melhor reputação. O cenário inclui instituições públicas e particulares — ou seja: instituições com e sem cotas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/presenca-de-negros-avanca-pouco-em-cursos-de-ponta-das-universidades.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Crescem no País as escolas internacionais

Ensino. Com mensalidades 20% mais caras, redes têm currículo bilíngue e reconhecido no exterior, o que ajuda jovens a tentarem depois universidades fora do País. Educadores veem método inovador com bons olhos, mas defendem espaço para cultura nacional

Em meio à crise, redes de ensino estrangeiras avançam no interior paulista e no Nordeste. Com mensalidades, em média, 20% acima do mercado nessas regiões, as escolas internacionais oferecem ensino bilíngue e currículo reconhecido no exterior e prometem formar cidadãos globalizados.

Com o alto custo e a competição do mercado em São Paulo, grandes escolas internacionais passaram a focar seus investimentos em unidades no interior do País. Em troca das mensalidades 20% acima dos mais caros colégios do Nordeste ou de cidades médias paulistas, elas oferecem não só o ensino bilíngue como também um currículo diferenciado e reconhecido no exterior.

Para especialistas, a crise brasileira até ajuda as redes a se expandirem. Isso porque as escolas prometem formar os filhos da elite para serem “cidadãos do mundo”, com facilidade para cursar faculdade e trabalhar fora do País. Educadores veem com bons olhos os métodos inovadores. Por outro lado, alertam que as redes podem dar segurança aos pais pela solidez da estrutura, mas correm o risco de ter um ensino “pasteurizado”, sem espaço para cultura nacional e regionalismos.

Um exemplo de grande expansão é a rede de escolas canadense Maple Bear. Desde que foi comprada pelo Grupo SEB, do empresário Chaim Zaher, em 2017, o número de unidades dobrou para 140 no País, em um sistema de franquia. Outras 60 estão em fase de implementação, 90% localizadas no interior do País. Uma delas será em Macapá, a última capital em que não havia uma escola da rede.

“No Norte e Nordeste, como muitas vezes não há um colégio americano ou suíço, nossas unidades vão muito bem e acabam se consolidando como a escola internacional do Estado”, diz o CEO da Maple Bear, Arno Krug. O investimento do grupo na expansão foi de R\$ 250 milhões.

Um dos diferenciais é o fato de crianças de até 5 anos só terem aulas em inglês na escola. Só no 1º ano do ensino fundamental, elas passam a ter a disciplina de Português e são alfabetizadas nas duas línguas.

A médica Renata Pereira Mauro, de 42 anos, mãe de Tiago, de 6, viajava até a cidade vizinha para que o filho estudasse na Maple Bear. Em 2018, foi inaugurada uma unidade em Vinhedo, no interior de São Paulo, onde mora. “O que mais gosto é a metodologia canadense, que ensina autonomia para as crianças desde pequenas”. Para ela, uma escola internacional era impensável na sua infância no interior, mas muito valorizada agora. “Meu filho hoje se comunica com qualquer um, em qualquer lugar do mundo. Nas viagens, ele se sai até melhor que nós.”

A Red House International School, que inaugurou em 2018 uma grande unidade em Higienópolis, região central de São Paulo, já está com obras adiantadas de uma filial em Recife, com inauguração prevista para 2020. Apesar do mesmo currículo – elaborado na Suíça e com certificação aceita em universidades estrangeiras –, será mais barato estudar em Pernambuco. As mensalidades vão de R\$ 3 mil a R\$ 4 mil, enquanto em São Paulo chegam a R\$ 5,5 mil.

“É possível baixar um pouco para se adaptar à realidade da cidade, mas sou contra um mercado muito expansionista que não pensa em qualidade. Já tiveram pessoas querendo

levar a Red House para algumas cidades que não quisemos. Se não tem perfil, não vamos abrir”, diz o diretor-presidente da escola, Michel Lam. Entre o grupo que representa 10% da população com os mais altos salários, Recife é a capital com o segundo maior rendimento médio (R\$ 13,6 mil) do Nordeste. Em São Paulo, esse valor é de R\$ 16,3 mil, de acordo com o IBGE.

O próximo passo é uma unidade em Jundiaí (SP). Na escola, 70% das aulas são em inglês e 30% em português. Lam gosta de enfatizar que não abre mão de “festas culturais, História e Geografia do Brasil” e de “todo mês tocar o Hino Nacional, mesmo antes da confusão com Bolsonaro”. “Não vou ensinar História dos Estados Unidos ou fazer Halloween, não tem sentido numa escola brasileira.” Ele é filho de Raquel Lam, fundadora da escola de inglês Red Balloon, vendida em 2012 e que também havia passado por expansão. “O movimento das escolas internacionais é parecido com a que aconteceu com as de inglês, no passado também restritas a São Paulo e Rio.”

Crise. Para Fernando Campora, sócio diretor da Cherto Consultoria, que tem clientes da área educacional, o crescimento

das escolas internacionais está relacionado ao momento do País. “O fato de ter incerteza no Brasil leva as pessoas que valorizam esse tipo de ensino, e podem pagar a pensar que preparar o filho para o exterior pode ser a solução.” O menor investimento nas universidades públicas nos últimos anos, segundo ele, também influencia. “Somos um país que acreditava que a universidade era muito boa e não era preciso se preocupar com universidades internacionais. Mas isso mudou.”

Campora também explica que o investimento no interior é mais fácil para as redes por causa do menor valor dos aluguéis, salário dos professores e da competição com instituições tradicionais. A Sabis International School, de origem libanesa, por exemplo, vai abrir sua primeira unidade no País em Campinas, em 2021. A rede, com ensino em inglês e currículo internacional com foco em Matemática e Ciência, tem 75 mil alunos em países como Estados Unidos, Alemanha, Paquistão e Panamá.

“Precisávamos de um espaço de 10 mil metros quadrados porque acreditamos que educação precisa ter playgrounds, quadras esportivas, natureza. Para ter isso em São Paulo, cobraria R\$ 10 mil por mês”, diz Samir Koukaz, consultor da Sabis, americano que está no Brasil para a implementação da escola. “Nosso foco não são os super-ricos e, sim, o público médio, trabalhador, que quer educação de qualidade.” A mensalidade da ainda não foi definida, mas deve ser em torno de R\$ 4 mil.

A administradora Tatiana Faccio, de 44 anos, que mora em Belém, valoriza o fato de seu filho Renato, de 9, receber o mesmo ensino de crianças em São Paulo ou Rio. Ele estuda na Maple Bear, desde que abriu uma unidade na cidade. “Pago mais do que antes, mas me dá a segurança de que ele não vai ter dificuldade se quiser fazer uma faculdade fora.”

O Grupo SEB, dono da Maple, lançou também em 2018 a franquia da Sphere International School, rede que pretende ter 30 escolas nos próximos 5 anos. Já há contratos assinados em São Luís, Brasília e cidades do interior de São Paulo. A Sphere usa um currículo que está em 4 mil instituições nos EUA, focado em eixos e não em disciplinas.

topo ↗

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Risco de pasteurização

Para a educadora Silvia Colello, da USP, algumas escolas que adotam estruturas pré-formadas tendem à pasteurização do ensino.

Para a educadora da Universidade de São Paulo (USP) Silvia Colello, os pais precisam analisar se a escola forma “habitantes do mundo globalizado e tecnológico”, mas as crianças “perdem a construção autônoma de seus valores”. “Estruturas prontas, pré-formadas, independentes do perfil dos alunos, tendem a funcionar de modo pasteurizado.” Ela diz que, sim, é preciso renovar a escola, mas ensinando a aprender, pensar e sentir. “Acredito na escola que se constrói na relação com alunos e famílias.”

topo ↗

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Para governo, sistema de controle de ponto é ‘precário’

Implantação do ponto eletrônico começa hoje para funcionários da AGU, da Ancine e da Universidade Federal do Tocantins

BRASÍLIA

Cerca de 410 mil servidores públicos federais de todo o Brasil serão obrigados a bater o ponto por meio eletrônico, o que vai acabar com o controle ainda feito de forma precária em papel em muitos órgãos. O processo de implantação deve durar 12 meses e, segundo Wagner Lenhart, secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, “vai ficar mais complicado burlar”. A marcação – que começa hoje para os servidores da Advocacia-Geral da União, Agência Nacional do Cinema e Universidade Federal do Tocantins – poderá ser feita por computador, pela digital ou por meio de um aplicativo instalado no celular.

Os servidores públicos federais de todo o Brasil serão obrigados a bater o ponto por meio eletrônico. A exigência vai atingir 410 mil funcionários de um total de 580 mil servidores do Executivo que estão efetivamente trabalhando no governo federal. O processo de implantação do controle de frequência eletrônico para todos os servidores deve durar 12 meses e vai pôr fim em definitivo ao controle do ponto que é feito ainda em papel em boa parte dos órgãos do Executivo – em muitos casos, de forma precária.

Ficarão de fora do controle de frequência os 146 mil professores das universidades públicas federais, que já eram dispensados de bater ponto, de acordo com norma anterior que não foi alterada. Funcionários em cargos de chefia, com função comissionada (DAS) de número 4 a 6, ocupados por funcionários do alto escalão do governo, como secretários, também não estarão sujeitos ao ponto.

“Hoje, o controle da jornada dos funcionários é precário. O governo não consegue fiscalizar o cumprimento das horas obrigatórias de trabalho com eficiência. Há três tipos de jornada: cinco, seis e oito horas diárias dependendo da atividade. O governo avalia que, com o novo modelo, será mais fácil identificar as infrações e apurar as responsabilidades”, diz o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, Wagner Lenhart.

O uso do ponto eletrônico é uma cobrança do Tribunal de Conta da União (TCU) para universidades federais e hospitais universitários, para substituir o ponto manual, considerado falho e ultrapassado. “Essa área ficou parada no tempo. Temos de avançar

para o ambiente digital”, diz Lenhart. “Vai ficar mais difícil burlar.” Se o servidor não justificar uma eventual ausência, o dia será cortado no salário, assim como ocorre na iniciativa privada.

O controle poderá ser feito por computador, pela digital ou até mesmo por meio de um aplicativo instalado no celular. O controle começa nesta segunda-feira para os servidores da Advocacia-Geral da União, Agência Nacional do Cinema (Ancine) e Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Alternativas. Para Lenhart, o sistema dá flexibilidade para uso de uma série de alternativas de controle. Essa é uma vantagem para uma estrutura complexa como a do governo federal, que conta com servidores em diferentes atividades, muitos deles fazendo serviço em campo e sem comparecer na sua unidade de trabalho, como os fiscais.

O chefe do servidor terá de homologar as marcações. Mas o secretário avalia que o número de servidores nas áreas de recursos humanos vai cair “tremendamente” com o modelo eletrônico. As informações do ponto serão transferidas automaticamente para a folha de pagamentos do governo federal.

O Serpro, a empresa de processamento de dados do governo, criou o Sistema de Registro de Frequência (Sisref) para ser usado por todos os órgãos da administração direta, autarquias e fundações a um custo único de R\$ 80 mil por mês para todos os servidores do Executivo.

Os órgãos que já usam controle eletrônico, contratado por empresas da iniciativa privada, após o vencimento do contrato, terão de migrar o ponto para o sistema do governo federal.

Os próximos órgãos a usarem o sistema serão a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Ministério da Economia e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Pode parecer incrível, mas tem impacto

Consequência da violência que começa no lar ou na escola, empresas passaram a se recusar a fazer seguros de roubo de joias e transporte de valores, entre outros

De acordo com um estudo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil é campeão mundial em agressão contra docentes dentro de escolas. É um dado apavorante, que tem duas vertentes a serem analisadas: a primeira, o impacto que essas agressões têm no nível do ensino ministrado pelas escolas onde elas acontecem; e, a segunda, o impacto que elas têm no recrudescimento da violência, especialmente em razão do baixo nível escolar

e profissional do brasileiro, que condena milhares de jovens, por não terem emprego, a cair nas malhas do crime organizado, ativa ou passivamente.

A violência na escola, ainda mais contra professores, escancara em seu nível mais singelo o esgarçamento da malha moral, que impediria, a priori, ações violentas, e da

malha legal, que coibiria essas ações através de medidas socioeducativas impostas aos seus autores.

No nível mais singelo da malha social encontra-se a família, de onde deveriam partir as noções mais simples do que se pode e do que não se pode fazer, do certo e do errado, do mérito e da punição.

Todavia, nos dias de hoje se vê cada vez menos, na sociedade brasileira, a ação da família, quer como polo de educação, quer como porto seguro para os jovens que, justamente pela omissão dos responsáveis, acabam se mirando em exemplos distorcidos, nos quais os “bad boys” aparecem como os heróis da história.

É bom, é legal ser mau, ser cruel, maltratar os mais fracos, se juntar em bando para atacar os mais fracos, sem outra razão a não ser a maldade para criar medo e assim assumir algum protagonismo dentro do grupo.

As escolas se converteram em locais inseguros, aonde os alunos vão com medo do que pode acontecer e onde acontecem violências de todas as naturezas, sem que os professores possam fazer algo para minimizá-las, exceto se preocuparem consigo mesmos, já que também são vítimas de agressões físicas e morais das mais variadas ordens de gravidade.

O que a televisão tem mostrado em filmes feitos com celulares é um porcentual ínfimo do que realmente acontece. A violência em certas escolas é brutal. Não se resume a pequenas cenas de bullying. Há casos comprovados de agressões sexuais, surras, verdadeiras torturas, sem que ninguém tenha a coragem de intervir em favor das vítimas porque todos sabem que, se o fizerem, podem ser os próximos a serem atacados.

A explicação para os mais de 60 mil homicídios anuais, que nos colocam mais uma vez no pódio da vergonha, passa pelo que acontece nas escolas, em complemento à violência que nasce nos lares malformados e na brutalidade que é parte do cotidiano dos alunos. Uma escola onde a realidade vai na contramão dos preceitos morais e legais que embasam uma sociedade não pode gerar nada, exceto mais violência. E é a isso que nós assistimos impotentes: o crescimento da violência nas mais variadas situações, desde uma infração de trânsito até um estupro, um assassinato ou qualquer outra forma brutal de comportamento social.

O setor de seguros tem como missão precípua a proteção da sociedade. Ou seja, o setor de seguros é umas das maiores vítimas do quadro que começa nas escolas brasileiras e se alastra como fogo em coivara por todos os meandros da população.

Atualmente, não há lugar seguro no país. Em todas as partes, a violência está presente no simples fato de se ter medo do que possa acontecer. O medo de assalto, estupro ou qualquer outro tipo de agressão predispõe a medidas defensivas mais ou menos violentas e o resultado é um ato comum, como tirar o celular do bolso, ser entendido como uma ameaça e desencadear respostas agressivas, muitas delas fatais.

A consequência direta da violência que começa no lar e se banaliza na escola é o encarecimento ou o desaparecimento de determinados seguros. Como exemplos disso, atualmente, é praticamente impossível se conseguir seguro para roubo de joias, as

seguradoras fogem dos riscos de transporte de valores em mãos de portadores e os seguros de transporte de carga são aceitos apenas por um pequeno número de companhias.

Não há lugar seguro. Em todas as partes a violência está presente no simples fato de se ter medo do que possa ocorrer

ANTONIO PENTEADO MENDONÇA É SÓCIO DE PENTEADO MENDONÇA E CHAR ADVOCACIA E SECRETÁRIO-GERAL DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

Namoro com a morte

Acabara de escrever um artigo sobre esses estranhos seis meses em que o Brasil é conduzido pela direita. Pensei em mudar de assunto, mas surgiu a notícia da prisão de um sargento da Aeronáutica em Sevilha.

Trinta e nove quilos de cocaína num avião de apoio à comitiva presidencial. Segundo os jornais, o sargento Manoel Silva Rodrigues fez várias viagens oficiais, inclusive com outros presidentes. Aparentemente, era uma prática antiga. Mas foi descoberta na viagem de Bolsonaro. Isso significa um arranhão em sua imagem internacional. É inevitável.

Internamente, a repercussão num país polarizado transforma-se logo numa troca de acusações que dificulta uma abordagem mais séria do problema. Sem dúvida, por partir também de um ministro da Educação, a frase de Abraham Weintraub foi a mais infeliz. Ele sugere que os aviões de Dilma e Lula eram mais pesados.

Além de não se basear em nenhuma evidência (portanto, uma acusação falsa), Weintraub passa uma terrível impressão ao mundo exterior. Um ministro sugere que os aviões do passado levavam mais cocaína, e o Brasil conseguiu reduzir a carga para 39 quilos. Uma ética medida em peso.

Tudo isso acontece no momento em que Bolsonaro, à frente de uma política ambiental desastrosa, afirma que o Brasil pode dar lições à Alemanha.

Nós sabemos que Bolsonaro ignora os esforços que a Alemanha faz nesse campo, seu avanço tecnológico, e jamais visitou as florestas do país. Mas e os outros, o que pensarão dessa abordagem agressiva e tosca? Num tema que obriga à cooperação, internacional, Bolsonaro quer competir.

Na conclusão do artigo em que analisava alguns pontos dos seis meses de governo, afirmei que Bolsonaro está inspirando uma oposição que envolve mais que a democracia. Uma frente pela vida.

As pesquisas já indicam como o capital político de Bolsonaro escorre pelos dedos. Ele está longe de perceber como a extrema direita é minoritária.

No momento, sua agenda espontânea já indica uma linha condutora. É um flerte com a morte: das armas ao agrotóxicos, estradas sem radares, leis mais frouxas no trânsito.

Na Espanha da Guerra Civil, os adeptos de Franco expressavam essa tendência de uma forma mais nítida: "Viva la muerte."

É uma luta inglória, um programa sob o signo de Tântatos. Suas manifestações não se limitam à destruição das espécies. Mas também da diversidade humana.

Na Rio-92 houve dois focos: a defesa da diversidade das espécies e, num outro palco, da diversidade cultural. São interligadas.

Para completar a semana, a notícia de que, recuando de nossas posições internacionais, o Brasil deixa de reconhecer as pessoas que se sentem mulheres, apesar do órgão sexual masculino, ou homens, apesar do órgão feminino. É uma visão de mundo que despreza a felicidade humana em nome de suas rígidas regras de vida.

Nosso consolo é que Tântatos, o deus da morte, inspira apenas uma política de governo. A sociedade é cheia de vida, diversa; dentro das limitações, centenas de experiências ambientais se desenvolvem no Brasil.

De fato, temos uma grande floresta em pé, por razões históricas e econômicas. Parte da destruição de nossas matas conseguimos conter com a legislação. Isso talvez seja uma conquista.

Bolsonaro deveria se lembrar de que foi contra muitas dessas leis. Participei delas, sinto desapontá-lo: em vários temas, nos inspiramos na Alemanha e outros países europeus aos quais ele quer dar lições.

Finalmente, o caso da cocaína merece uma investigação profunda e transparente. É uma questão nacional. O que o general Heleno disse também é um espanto: foi falta de sorte a droga ter sido descoberta numa viagem para a reunião do G-20. Segundo o jornal "El País", a mala de cocaína sequer estava escondida junto à roupa. Droga nua. Não era falta de sorte, mas de controle.

Em qualquer circunstância que uma carga dessas fosse descoberta num avião presidencial, seria um grande azar para o Brasil. Em matéria de sorte, a gente vai levando, mas a fase, francamente, é de fechar o corpo, enquanto ainda temos nossos pais e mães de santo.

Os músicos de metrô já perdemos por inspiração de um dos filhos de Bolsonaro. Gostava de ouvi-los na Praça Nossa Senhora da Paz tocando "There Will Never Be Another You".

[topo](#) ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Expectativa e realidade

A falta de professores qualificados é apontada por 40% dos gestores como um problema bastante ou muito grave

O Brasil estipulou como meta alcançar o patamar de qualidade de ensino dos países desenvolvidos até 2022. Era um objetivo ousado, e hoje fica cada vez mais claro o quanto seguimos longe dele. Um dos motivos para isso é o fato de ainda não termos equipado de maneira satisfatória nossas escolas com insumos tão essenciais quanto a

qualificação dos professores, infraestrutura básica e adequação de material didático. A Talis —pesquisa feita em 48 países e territórios e divulgada há duas semanas pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) — é mais uma a evidenciar essa distância que nos separa das nações mais desenvolvidas.

Na Talis, há um bloco de perguntas feitas a diretores para avaliar o quanto a escassez de alguns recursos dificulta a melhoria da qualidade do ensino. A falta de professores qualificados é apontada por 40% dos gestores do país como um problema bastante ou muito grave em suas escolas. Na média da OCDE (que congrega, em sua maioria, países ricos) esse percentual cai para 21%.

Quando a pergunta é especificamente sobre a escassez de professores com competência para ensinar alunos de menor nível socioeconômico, o percentual dos que entendem ser esse um problema grave sobe para 50% no Brasil e fica em 17% na média dos países desenvolvidos.

A escassez ou inadequação de materiais didáticos é citada por 38% dos gestores brasileiros e por 13% na OCDE. Já o acesso insuficiente à internet é um problema na avaliação de 64% dos diretores nacionais e de 19% na OCDE.

Depois de séculos de atraso histórico, o Brasil conseguiu equiparar seu investimento público em educação com o verificado nas nações mais ricas, em termos de proporção do PIB. Mas quando a conta é feita considerando o gasto por aluno, nosso patamar é de pouco mais de um terço do verificado nos países desenvolvidos, o que explica em boa parte a discrepância nos dados da Talis.

Como é economicamente inviável triplicar o gasto por aluno sem comprometer outras áreas essenciais, nada indica que vamos equiparar em curto ou médio prazo esse investimento ao patamar das nações mais ricas. Temos também um problema de eficiência, o que leva especialistas a discutirem se deveríamos priorizar o aumento do gasto, o combate à ineficiência, ou as duas ações combinadas.

Não há dúvida de que poderíamos avançar mais com o nível de gasto. Mas, se essa fora opção, melhor ajustaras expectativas, pois é pouco provável que seremos capazes de deixar de ser um país com baixa eficiência para nos tornarmos um dos melhores nesse quesito, aponto de, mesmo gastando significativamente menos, entregarmos resultados semelhantes ao de nações ricas.

topo ↕

O DIA - PI - EM DIA

Professor da rede estadual de ensino é selecionado para intercâmbio na Irlanda

O professor da rede estadual de ensino Wellington Pacheco é um dos brasileiros selecionados para participar de intercâmbio que será realizado no Mary Immaculate College, em Limerick, na Irlanda. Para conseguir realizar esse sonho e levar o nome do Piauí mundo afora, o professor foi selecionado com a elaboração do projeto "Desmistificando o uso do celular em sala de aula". A viagem está programada para ocorrer no fim do mês de julho, com retorno ao Brasil em julho de 2020.

A proposta pedagógica do curso tem por objetivo, além do treinamento em língua inglesa, o desenvolvimento de habilidades em liderança e gestão pedagógica.

Wellington Pacheco tem 32 anos e desde os 18 trabalha na educação como professor e coordenador pedagógico. Na rede estadual iniciou a carreira em 2013. Trabalhou na cidade de Novo Oriente como coordenador pedagógico e na 7ª Gerência Regional de Valença como técnico de Gestão e Inspeção. Atualmente é coordenador na Unidade Escolar Martins Napoleão.

O professor demonstra orgulho e satisfação pela seleção. "Vejo esse curso no exterior como uma grande oportunidade não somente para mim, mas para todos os meus alunos e comunidade escolar. Costumo dizer que todos estão indo comigo. Acho que investir no professor é investir em vidas. Quando essas vidas, especialmente provenientes das classes mais baixas, são transformadas, toda a sociedade é transformada", declara o docente. Wellington acrescenta ainda que "acredito que uma experiência internacional vai agregar muito ao meu conhecimento e, deste modo, poder me tornar um profissional mais qualificado para contribuir com a formação desses jovens que buscam na escola pública um caminho para a realização dos seus sonhos".

A seleção foi realizada em três etapas. A primeira, de caráter eliminatório, compreendendo a verificação dos requisitos de participação e dos documentos obrigatórios. A segunda etapa, de caráter classificatório, consistiu na classificação dos candidatos de acordo com a pontuação obtida pelo currículo e apresentação do projeto. A terceira e última etapa foi a verificação de que o candidato classificado apresentou, dentro do prazo estabelecido, a cópia do passaporte válido e o comprovante de proficiência com a nota mínima exigida.

Os candidatos selecionados por meio do Programa de Desenvolvimento de Profissionais de Educação Básica na Irlanda, realizado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, por meio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), receberão apoio para a participação no curso de especialização em Educação, que terá duração de 12 meses. Entre os benefícios concedidos, passagem aérea internacional de ida e volta em classe econômica promocional; auxílio-instalação no valor de 1.300 euros; ajuda de custo no valor de 400 euros mensais; deslocamento na Irlanda: aeroporto/ universidade/ aeroporto; alojamento em instalações do Mary Immaculate College; taxas escolares e materiais didáticos do curso.

[topo](#)

CORREIO DA BAHIA - BA - BAHIA NÚMEROS QUE PREOCUPAM A BAHIA

Educação em baixa

O desempenho dos estudantes do ensino médio na Bahia em Português e Matemática ficou muito abaixo da média, conforme Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019 divulgado na quarta- feira. De acordo com o levantamento, apenas 4,7% dos alunos na Bahia têm proficiência adequada em Matemática. Quando o assunto é Língua Portuguesa, o resultado é um pouco melhor, mas também está longe do aceitável. Apenas 18,4% dos baianos no ensino médio dominam os conteúdos da disciplina.

Na comparação com os outros estados do Nordeste, em Matemática, a Bahia é o terceiro estado pior avaliado, à frente apenas de Alagoas (4,5%) e Maranhão (3,2%). O Distrito Federal lidera o ranking com 17%. Em Língua Portuguesa, os baianos superam apenas o Maranhão (16,4%). O Espírito Santo foi o estado mais bem colocado, com 40,7%.

[topo](#)

ESTADO DE MINAS - MG - GERAIS

Desigualdade do ensino básico à universidade

Estudos traçam retrato preocupante da educação, ao mostrar que professores ganham até 30% menos que outros profissionais com mesmo nível de formação e que diferença salarial pode superar 100% no mercado, dependendo das redes em que estudantes tenham obtido diplomas

A valorização de quem está à frente da sala de aula deveria ser o carro-chefe da educação, mas se tornou um dos maiores desafios do país. Um dos principais sintomas da falta dela é o salário de quem dedica a vida a estabelecer os alicerces sobre os quais se formarão outros profissionais. Estudo do Movimento Todos pela Educação mostra que um professor do ensino básico formado em nível superior ganha, em média, 30% menos que outro profissional com a mesma escolaridade. Pior: mudar esse cenário e equiparar as condições de remuneração parece longe da realidade. Isso porque seria necessário, segundo a mesma organização, um investimento de pelo menos 43% nessa etapa escolar, que vai do ensino infantil ao médio. E o país dá cada vez mais sinais de que não falta estímulo e reconhecimento apenas a quem ensina, mas também a quem se forma. Estudo da Fundação Getúlio Vargas revela que o tipo de estabelecimento onde se cursou o nível médio e a graduação será determinante para rebaixar ou elevar os vencimentos de profissionais – disparidade que pode superar os 100% e que persiste mesmo entre profissionais que se formaram igualmente em universidades federais.

Mais grave que o diagnóstico talvez seja a projeção sobre essas desigualdades. Mal de saúde em termos econômicos, o país dificilmente terá recursos para investir o tanto que deveria no setor, conforme destaca o coordenador de projetos do Movimento Todos pela Educação, Caio Callegari. Ele explica que o pagamento do educador responde pela principal fatia do gasto em educação. Em 2018, o rendimento médio dos professores da educação básica com curso superior correspondia a 69,8% do salário médio dos profissionais de outras áreas com o mesmo nível de escolaridade. Enquanto a média salarial de quem ensina foi de R\$ 3.823 no ano passado, a do conjunto dos trabalhadores brasileiros graduados ficou em R\$ 5.477, segundo o Anuário Brasileiro da Educação 2019 (veja arte). Ao se comparar o salário médio dos profissionais de áreas de exatas ou saúde, a defasagem é de 50%.

Em Minas, 85,6% dos docentes do ensino básico se formaram na universidade, sendo que 36,3% deles têm pós-graduação. Em nível nacional, esses números ficam em 79,9% e 36,9%, respectivamente. Em compensação, a média salarial dos professores da rede pública vem crescendo. Nos últimos sete anos, o aumento foi de 6,4%, aponta o documento. Mas os desafios de melhor remuneração persistem e se expressam por outros indicadores. Cerca de 10% dos municípios, por exemplo, ainda não têm plano de carreira para seus professores.

Falta incentivo à especialização

As dificuldades escondidas por trás dos números aparecem no dia a dia dos profissionais de ensino e se refletem na falta de estímulo objetivo ao aprimoramento. Na sala de aula há 16 anos, o professor de ciências e biologia Ary Luiz Gonçalves, de 39 anos, trabalha atualmente em uma escola estadual no Bairro Gameleira, na Região Oeste de Belo Horizonte, e em um estabelecimento privado no Bairro São Paulo (Região Nordeste). Defendeu na semana passada sua tese de mestrado, mas, apesar do investimento na carreira, não acredita numa escalada financeira. “Tenho a impressão, às vezes, de que essa diferença salarial é maior do que 30%. Na rede estadual ainda há uma

porcentagem pequena de acréscimo no salário por causa da pós-graduação, mas não vou receber nem R\$ 3 mil. Na particular não tem incentivo, a especialização não é valorizada”, afirma. “A pós-graduação é mais para minha capacitação pessoal. O mestrado abre a possibilidade de dar aulas em uma faculdade, mas também não garante nada, porque os estabelecimentos não estão contratando em caráter efetivo.”

Ary leciona para alunos do 6º ano do fundamental até o 3º do médio. No estado, o salário líquido é de R\$ 2,3 mil. “Tenho esposa e filha. Com uma rede só é impossível sustentar a família. Queria que não fosse assim, porque é meu local de trabalho. Falta estrutura, falta compromisso de outros colegas e uma série de fatores ajuda a desvalorizar a profissão”, diz. O professor considera que não é só dinheiro que vai mudar a educação. “Não dá para mudar o sistema de uma hora para outra. É preciso investimento não só financeiro, mas de estrutura, de material disponível para fazer trabalho diferenciado. A escola pública onde dou aula não tem verba para o transporte de uma excursão. Quando conseguimos veículo, às vezes, é doação.”

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - GERAIS

Igualdade : próxima nos planos, distante na prática

Plano Nacional da Educação determina que rendimento médio dos professores seja equiparado ao dos demais profissionais com instrução equivalente até o ano que vem. Valorização é desafio

Muito mais que uma questão financeira, uma sinalização cultural. Para especialistas que analisam as disparidades de rendimento entre educadores do ensino básico e profissionais de outras áreas, demonstradas no último Anuário Brasileiro da Educação, estimular o aprimoramento dos professores é um indicador do que o país projeta para o futuro. O coordenador de projetos do Movimento Todos pela Educação, Caio Callegari, afirma que a disparidade da remuneração dos docentes é fruto do baixo investimento em educação básica.

O Plano Nacional de Educação (PNE) determina a valorização dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, a fim de equiparar o rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o fim do sexto ano da vigência do plano, ou seja, até 2020. “Equiparar é o primeiro passo. Quando se olha para os sistemas de educação de qualidade do mundo, eles têm em comum a valorização dos professores. E não é só salarial, mas cultural, tem a ver com a imagem do docente como o profissional mais importante para o futuro do país”, diz.

Apesar de ainda muito distante do ideal, a situação avançou. Em 2012, a média salarial de um professor graduado correspondia a 61% da remuneração de outros profissionais também com formação em nível superior. Callegari chama a atenção para a necessidade de pensar uma carreira que estimule o professor a se formar, fazer cursos de formação continuada e ter experiências pedagógicas fora da sala de aula.

Por enquanto, isso parte muito mais da paixão de cada profissional do que propriamente do reconhecimento financeiro ou estímulo pelo aprimoramento. Que o digam pessoas como o professor de educação física Bruno Ambrózio Teixeira, de 33. Lecionando há 10 anos, ele tem bacharelado, licenciatura e pós-graduação. Mas, na escola particular não tem remuneração extra pela especialização. A recompensa vem apenas do estado: 5% a mais. Por 18 aulas por semana na rede, são R\$ 2 mil. Além das duas redes, para dar um pouco mais de musculatura ao contracheque ele trabalha em uma clínica. “O

“dinheiro é suado e se eu fosse um pai de família complicaria, teria muitos problemas”, diz.

EVOLUÇÃO

A história de Bruno se confunde com seu amor pela profissão. De 2006, quando tinha apenas 18 anos, até 2008 trabalhou como porteiro de uma escola particular da Região Centro-Sul de BH, sempre mirando o sonho de se formar em educação física. Morador do Bairro Conjunto Cristina, em Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, trabalhava de dia e fazia faculdade à noite.

Em 2008 e 2009 foi para uma outra escola, no Bairro Funcionários, onde ocupou o cargo de disciplinário. Depois teve a oportunidade de lecionar, quando terminou a faculdade, aos 22 anos. Na família todos são da área de educação. O irmão gêmeo, Breno, tem a mesma história – de porteiro a professor – e a irmã também trabalha em instituição escolar, na parte administrativa. “Escolhi o curso de educação física porque gosto. Amo o que faço. Ver o aluno caminhando é o melhor salário que recebo. E vê-los formados é muito gratificante”, diz.

Em um trabalho no qual assume diversos papéis, atuando ora como mestre, ora como pai e por vezes, psicólogo, levar sua história de vida para os alunos da rede pública é uma das formas encontradas por Bruno para estimular os adolescentes a seguir em frente. E o trabalho não é só em na escola. Em casa, é preciso se dedicar a planejamento de aulas e se atualizar sempre. “Briga-se muito pela equidade, mas ela só virá a longo prazo.”

topo ↕

JORNAL DIA A DIA - TEMPO REAL

Estudo orienta cirurgiões-dentistas sobre cuidados especiais para pacientes com microcefalia

Diversas disfunções associadas à malformação congênita precisam ser consideradas pelos profissionais durante o tratamento odontológico

O vírus Zika chegou ao Brasil em 2015 e, junto com a epidemia, houve um aumento no número de nascimentos de bebês com microcefalia, especialmente na região Nordeste. Após inúmeras investigações, a causa da microcefalia em fetos e recém-nascidos foi atribuída ao Zika, que passou a ser considerado um problema de saúde pública.

Naquele ano, a cirurgiã-dentista Juliana da Silva Moro, que fazia especialização em odontologia para pacientes especiais, na Faculdade São Leopoldo Mandic, em Campinas, decidiu fazer um estudo, no Instituto e Centro de Pesquisas da Instituição, sobre a microcefalia causada pelo vírus, para instruir os profissionais de saúde bucal sobre a assistência odontológica necessária para tratar esses pacientes.

“A microcefalia é uma malformação congênita que pode estar associada a diversas alterações relevantes, como problemas de deglutição e respiração, auditivos e oftalmológicos, epilepsia e comprometimento intelectual, que podem influenciar no atendimento odontológico. E, diante do crescente número de infecções causadas pelo vírus Zika e dos novos casos de crianças nascidas com microcefalia, os cirurgiões-dentistas devem estar preparados para tratar esses pacientes”, explica Juliana da Silva Moro, que elencou os resultados da sua pesquisa, juntamente com Tatiana Marega e Fernanda Urbini Romagnolo, no artigo Microcephaly caused by the Zika vírus: dental care, publicado oficialmente em abril deste ano na RGO .

Para fazer a revisão da literatura, Juliana buscou informações sobre microcefalia causada pelo vírus Zika e as características gerais de pacientes com a malformação nas bases de dados PubMed, Lilacs e Web of Science, e leu relatórios semanais do Ministério da Saúde sobre a epidemia.

O papel do cirurgião-dentista

O estudo recomenda que, na primeira consulta, o cirurgião-dentista faça uma anamnese detalhada, considerando a história médica, as limitações físicas e mentais e a saúde atual do paciente. “Os recém-nascidos com distúrbios neurológicos, como a microcefalia, podem apresentar dificuldades nas habilidades motoras orais e, por isso, o profissional deve instruir os pais sobre aleitamento materno, respiração e deglutição”, enfatiza Juliana da Silva Moro.

A anamnese também é importante para saber quais são os medicamentos de uso contínuo ingeridos pelo paciente. A fenitoína, por exemplo, é usada no tratamento e na prevenção de convulsões, e pode causar hiperplasia gengival – aumento do número de células da gengiva -, que dificulta a mastigação e a higiene bucal. “Pode acontecer alguma interação medicamentosa e esses medicamentos podem influenciar na saúde bucal. O profissional precisa mostrar para a família a importância de levar esse paciente para fazer profilaxia no consultório”, ressalta.

Crianças sem sucção, deglutição e coordenação respiratória, como é o caso daquelas que têm microcefalia, apresentam maior risco de engasgo e aspiração durante a amamentação. “É importante sugerir alternativas para os pais, como o uso de copos, xícaras e a técnica sonda-dedo, além de chamar a atenção para a posição do bebê, para que ele não se engasgue durante o aleitamento”, explica a cirurgiã-dentista.

Ela esclarece que o comportamento da criança também deve direcionar o tipo de consulta realizada pelo profissional. “É importante perceber se ela é tranquila ou nervosa, e fazer consultas mais curtas e silenciosas para evitar o estresse e a fadiga muscular”. O estudo ainda recomenda que o tratamento seja feito em etapas, sempre que possível. Além disso, o profissional deve buscar uma comunicação clara com a criança e compatível com a sua capacidade de compreender.

A orientadora do trabalho de Juliana e co-autora do artigo, Dr. a Tatiane Marega, professora e coordenadora do curso de Especialização em Pacientes com Necessidades Especiais da Faculdade São Leopoldo Mandic, explica que, no caso de pacientes pouco colaborativos, é possível utilizar como alternativa medicações que promovem sedação. “Devemos observar as doses que são recomendadas e as possíveis interações medicamentosas, pois esses pacientes tomam algumas medicações de uso contínuo”, ressalta.

Segundo Marega, o atendimento do paciente com microcefalia deve, sempre que possível, ser realizado em ambiente ambulatorial, em clínica normal. “O profissional pode utilizar medicações que provocam pequena sedação e aumentam a colaboração do paciente”, afirma a professora.

“Quando não é possível a realização da consulta em ambulatório, o paciente deve ser encaminhado para hospitais onde o tratamento pode ser realizado sob anestesia geral”,

complementa.

Microcefalia

A microcefalia é uma malformação congênita em que o cérebro não se desenvolve de maneira adequada. Em 2016, o Ministério da Saúde do Brasil, definiu que, para ser considerada microcefalia, a medida do perímetro cefálico dos recém-nascidos deve ser igual ou inferior a 31,9 centímetros em meninos e igual ou inferior a 31,5 em meninas.

De acordo com o artigo, é uma condição que pode estar associada a outras disfunções, como rigidez e contratura muscular, irritabilidade, problemas de deglutição, convulsões, anormalidades auditivas e oculares, anomalias cerebrais, disfunção do tronco cerebral e calcificação do córtex cerebral.

Além da mensuração da circunferência da cabeça da criança, são realizados testes adicionais para o diagnóstico correto da microcefalia, como exames neurológicos e de imagem e a observação da postura do recém-nascido, dos movimentos espontâneos, reflexo do choro e reflexos primitivos.

Para os pesquisadores do Instituto e Centro de Pesquisas da Faculdade São Leopoldo Mandic, conhecer as disfunções associadas à microcefalia e os principais problemas orais causados por essa condição, é a melhor forma de direcionar o tratamento odontológico dos pacientes.

O vírus Zika

O artigo ainda relata que o vírus Zika, que pode causar a microcefalia, é geralmente transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti* e foi isolado, pela primeira vez, em 1947, no soro de um macaco rhesus, na floresta de Zika, em Uganda. Alguns anos depois, o mesmo vírus também foi identificado na Malásia e outros países asiáticos, mas pouca atenção foi dada aos casos que foram considerados esporádicos.

Em 2007, o vírus ganhou a atenção da comunidade científica por causa de um surto de infecção nos Estados Federados da Micronésia, na Oceania. Depois de seis anos, houve nova epidemia na Polinésia Francesa.

Segundo o estudo, no continente americano, o Zika foi confirmado pela primeira vez no Chile, em 2014, e, no ano seguinte, no Brasil, onde 18 estados – a maioria da região Nordeste – relataram pacientes infectados pelos vírus. Desde então, outros países vizinhos apresentaram casos de infecção, evidenciando a disseminação para a América do Sul, América Central e Caribe. Como resultado, a OMS (Organização Mundial de Saúde) decretou situação de Emergência Internacional de Saúde Pública, direcionando todos os esforços e estudos de pesquisa para a epidemia.

Recentemente, um relatório publicado pela Organização Pan-Americana da Saúde confirmou que a infecção pelo vírus Zika já atingiu 48 territórios das Américas.

O artigo completo *Microcephaly caused by the Zika vírus: dental care*, de Juliana da Silva Moro, Tatiane Marega e Fernanda Urbini Romagnolo, pode ser acessado por meio deste link.

Sobre o Instituto e Centro de Pesquisas São Leopoldo Mandic

O Instituto e Centro de Pesquisas São Leopoldo Mandic, em Campinas, foi constituído em janeiro de 2008, sem fins lucrativos, para realizar pesquisas científicas na área de saúde. Iniciou com pesquisas na área odontológica, expandiu para a área de saúde, além do desenvolvimento de novas tecnologias, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnico-científicos, fomento à capacitação e treinamento de pesquisadores.

Conta com laboratórios de Cultura de Células, Microbiologia, Ensaio de Materiais, Patologia e Imunohistoquímica, Biologia Molecular e Terapia Celular, todos equipados com recursos de última geração. Até dezembro de 2018, foram 981 artigos publicados em revistas científicas indexadas em diferentes bases de dados, como PubMed e Scielo. E o Laboratório de Patologia emitiu, gratuitamente, mais de 24 mil laudos de biópsias provenientes de tecidos da região da cabeça e pescoço, sendo 1.542 de carcinomas e 125 de neoplasias malignas.

Os recursos financeiros do Instituto e Centro de Pesquisas São Leopoldo Mandic necessários às pesquisas são obtidos por meio de parcerias e convênios, financiamentos de órgãos públicos, contribuição de associados e terceiros e recebimento de patentes. Dentre os principais parceiros, destacam-se CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**.

topo 

RADAR SANTA MARIA - DF - NOTÍCIAS

Os seis números que resumem os seis meses da Educação na gestão Bolsonaro

Nos seis primeiros meses de governo de Jair Bolsonaro, poucos ministérios despertaram tanta polêmica e debate quanto o da Educação.

Citada pelo presidente como área que seria prioritária em sua gestão, a educação manteve-se sob os holofotes do país inteiro nos primeiros seis meses do governo: foi alvo de um corte bilionário de gastos públicos, o que motivou alguns dos maiores protestos populares de rua registrados neste primeiro semestre.

A redução no orçamento para a área não agradou. Pesquisa de opinião divulgada esta semana pela CNI/Ibope, na quinta-feira (27/6), aponta que o índice de desaprovação popular com as políticas educacionais de Bolsonaro subiu de 44% para 54% entre abril e junho, puxando para baixo a aprovação do governo como um todo. A educação, que antes era a segunda área mais bem avaliada da gestão, caiu para a quinta.

A seguir, a BBC News Brasil aponta seis números que relembram a trajetória do Ministério da Educação (MEC) nos primeiros seis meses de governo Bolsonaro: 2 ministros (e muitas trocas em cargos técnicos)

Abraham Weintraub é o segundo ministro a comandar o MEC desde o início do governo.

Antes dele, o titular da pasta era Ricardo Vélez Rodríguez, demitido em 8 de abril em meio disputas entre diferentes alas dentro do ministério – críticos diziam que o MEC estava dividido entre ideológicos ligados a Olavo de Carvalho, militares e técnicos – e depois de diversas medidas polêmicas do ministro.

As principais delas: Vélz havia pedido que escolas filmassem os alunos cantando o hino nacional, mas voltou atrás quando veio à tona que ele não tinha autorização parental para ISSO; ele também defendeu, em entrevista ao jornal Valor Econômico, revisar os livros didáticos para mudar a forma como eles retratam o golpe de 1964 e a ditadura militar.

As trocas de cargos no MEC não ficaram restritas ao primeiro escalão: o Inep, instituto responsável pelo Enem e por diversas outras avaliações do ensino brasileiro, está em seu quarto presidente desde a posse do novo governo. A secretaria-executiva do ministério teve cinco nomes publicamente indicados ao posto.

Para muitos analistas de educação, isso favorece a paralisação de importantes programas do MEC, com potenciais prejuízos à já problemática educação brasileira.
R\$ 5,8 bilhões contingenciados

A partir do final de abril, a atenção do país se voltou ao orçamento do MEC, a partir da declaração de Weintraub de que seriam cortadas as verbas de universidades federais que não tivessem desempenho satisfatório e promovessem “balbúrdia” nos campi.

Mais tarde, o corte foi estendido a todas universidades federais, inicialmente anunciado como 30% da verba total e, depois, 30% do orçamento discricionário (ou seja, de gastos não obrigatórios), o equivalente a mais de R\$ 1,5 bilhão.

Mas o contingenciamento se estendeu também a outros institutos federais de educação, à concessão de bolsas (veja mais abaixo) e até a programas ligados à educação básica, área considerada prioritária pelo próprio governo.

No total, segundo o MEC, estão contingenciados atualmente R\$ 5,8 bilhões do orçamento de áreas diversas da pasta.

Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal, obtidos pela BBC News Brasil com a ONG Contas Abertas, apontam que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por exemplo, teve congelado quase R\$ 1 bilhão, ou 21% de seu orçamento para 2019. O FNDE financia livros didáticos, transporte escolar e auxílio à formação de professores na educação básica, entre outras coisas.

Em vídeo que se tornou célebre, em 9 de maio, Weintraub e Bolsonaro usaram chocolates para explicar o bloqueio de recursos nas universidades. “A gente não está falando para a pessoa que a gente vai cortar. Deixa para comer (o chocolate) depois de setembro (após a reforma da Previdência)”, declarou o ministro.
3.474 bolsas cortadas

Na esteira do contingenciamento de gastos, a **Capes** (fundação vinculada ao MEC que concede bolsas de pós-graduação) anunciou em maio cortes em seu orçamento, o que gerou novas críticas da comunidade acadêmica, ante o grande impacto potencial da medida sobre a produção acadêmica do país.

Segundo a **Capes**, porém, todas as bolsas já concedidas serão mantidas, no Brasil e no

exterior. A entidade afirma ter feito um “bloqueio preventivo” de 3.474 bolsas que ainda não haviam sido concedidas para estudantes.

2 protestos populares pela educação (e polêmicas nas redes sociais)

Os cortes de gastos serviram de gatilho para mobilizações populares pela educação, que levaram milhares de pessoas às ruas do país em duas ocasiões: 15 de maio e 30 de maio.

Nas duas ocasiões, as reações do governo foram polêmicas.

Em 15 de maio, Bolsonaro chamou os manifestantes de “idiotas úteis” e afirmou que a maioria deles eram militantes.

“Não sabem a fórmula da água. São uns idiotas úteis, uns imbecis, sendo usados como massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo de muitas universidades federais no Brasil”, declarou o presidente.

Em entrevista posterior, ele afirmou que exagerou ao chamá-los de “idiotas”: “O certo é (que são) inocentes úteis. São garotos inocentes, nem sabiam o que estavam fazendo lá”.

Na segunda manifestação, a polêmica veio de um comunicado do MEC, de 30 de maio, afirmando que “professores, servidores, funcionários, alunos, pais e responsáveis não são autorizados a divulgar e estimular protestos durante o horário e no ambiente escolar”.

Em resposta, o Ministério Público Federal pediu uma retratação pública do MEC e recomendou que o ministério “se abstenha de cercear a liberdade dos professores, servidores, estudantes, pais e responsáveis pela prática de manifestação livre de ideias e divulgação de pensamento”.

O MEC afirmou que sua nota inicial “respeita fielmente a Constituição e tem o propósito de alertar para o eventual uso indevido de instituições públicas fora de suas finalidades legais para atender interesse ou ideologia pessoal”.

Além desses dois protestos, a greve geral realizada em 14 de junho também teve como uma de suas bandeiras a crítica aos cortes na educação.

Por fim, as manifestações do ministro Weintraub nas redes sociais também chamam a atenção. Numa das mais famosas, ele apareceu com um guarda-chuva para dizer que “choviam fake news” sobre as verbas do MEC para a reconstrução do Museu Nacional.

Algumas postagens mais recentes, porém, foram mais polêmicas. Ao comentar o caso do oficial da FAB (Força Aérea Brasileira) detido na Espanha pelo transporte de 39 kg de cocaína, ele escreveu: “No passado o avião presidencial já transportou drogas em maior quantidade. Alguém sabe o peso do Lula ou da Dilma?”, ao que o PT respondeu que pretende processar o ministro.

Sobre o mesmo tema, Weintraub escreveu: “Tranquilizo os ‘guerreiros’ do PT e de seus acepipes: o responsável pelos 39 kg de cocaína NADA tem a ver com o Governo Bolsonaro. Ele irá para a cadeia e ninguém de nosso lado defenderá o criminoso. Vocês

continuam com a exclusividade de serem amigos de traficantes como as FARC.” O curioso, nesse caso, é o uso da palavra “acepipes”, que quer dizer “petiscos”. A suposição é que Weintraub quisesse dizer “adeptos” ou “asseclas”.
4 temas quentes

A falência, no início de abril, da gráfica que imprimiria as provas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e o troca-troca no comando do Inep (órgão responsável pelo exame) suscitaram dúvidas quanto a se será possível cumprir o calendário da prova, para a qual há mais de 5 milhões de estudantes inscritos.

Como o Enem requer um forte esquema de segurança e logística, sua impressão tem de ocorrer com meses de antecedência.

Em 21 de maio, o MEC anunciou contrato com a gráfica Valid para imprimir a prova e afirmou que o calendário dos exames está mantido. “Como anunciado, o Enem 2019 será aplicado nos dias 3 e 10 de novembro”, declarou Weintraub. “Os participantes podem ficar tranquilos porque todas as datas serão cumpridas. A prova está sendo preparada e a gráfica, de segurança máxima, está garantida.”

No Twitter, Weintraub falou que “é mentira que o Enem esteja sob risco”. “O Enem está garantido. Continue estudando”, afirmou.

A realização do Enem é um entre ao menos quatro temas urgentes a serem enfrentados pelos dirigentes da educação brasileira neste ano de 2019.

Outro é o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), que é a fonte da maioria dos recursos que financiam a educação básica pública do país.

O fundo tem cerca de R\$ 150 bilhões por ano, vindos de impostos como o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e de transferências federais obrigatórias pela Constituição. O problema é que, por lei, o Fundeb expira no ano que vem, deixando uma grande incógnita sobre qual será o mecanismo de financiamento da educação a partir de 2020.

Há movimentações no Congresso para tentar aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que torne o Fundeb permanente, mas o tempo é curto: PECs exigem votação em dois turnos no Plenário da Câmara dos Deputados, com os votos de ao menos 3/5 dos deputados.

Do lado do governo, o ministro Weintraub já se mostrou favorável a aumentar o aporte da União ao Fundeb (hoje, 10% dos recursos do fundo vêm do governo federal), atendendo uma reivindicação de agentes da educação pública. “Sou a favor de aumentar os recursos, mas também de cobrar algumas metas”, declarou o ministro em 22 de maio.

Por fim, outras duas sigla em debate atualmente na educação são estas: BNCC e PNE.

A primeira se refere à Base Nacional Comum Curricular, documento que definiu as aprendizagens consideradas essenciais para a educação infantil e o ensino fundamental de todas as escolas públicas e privadas do país. O documento foi homologado pelo

MEC (ainda sob o governo de Michel Temer) em dezembro de 2017 e agora precisa ser colocado em prática. O desafio é ainda maior na etapa do ensino médio, que conta com uma Base Curricular específica (aprovada só em 2018), a qual caminha a passos lentos, segundo especialistas ouvidos pela BBC News Brasil.

E a segunda sigla – PNE – se refere ao Plano Nacional de Educação, lei aprovada pelo Congresso em 2014 com 20 metas para a educação do país a serem cumpridas em uma década, até 2024. Chegamos neste ano à metade desse percurso sem que a grande maioria das metas tenha sido cumprida – e a avaliação de especialistas é que praticamente já não há tempo hábil para cumprir muitas delas.

1 nova secretaria-chave

Uma das primeiras medidas do governo Bolsonaro no MEC foi a criação de uma secretaria de alfabetização, em meio a um rearranjo no ministério que levou à extinção de outra secretaria, voltada à promoção da inclusão social na educação.

A nova secretaria de alfabetização está sob o comando de Carlos Nadalim, que foi aluno de Olavo de Carvalho e é crítico de Paulo Freire. A subpasta entrou em uma polêmica em torno de método de alfabetização, diante da sinalização de que o método fônico seria privilegiado em detrimento de outros – o que gerou crítica de especialistas.

O fato é que o problema da alfabetização ainda é crucial no país: cerca de um terço das crianças brasileiras não saem plenamente alfabetizadas do terceiro ano do ensino fundamental.

E, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil ainda tem 11,3 milhões de pessoas de 15 anos ou mais que são analfabetas – o equivalente a 6,8% da população.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Função da Caixa não é só ‘ser rentável’, diz seu presidente

Pedro Guimarães conta como trocou 90% do comando do banco de um vez, para modernizar a administração de uma instituição que tem 100 milhões de clientes e o compromisso de harmonizar o financeiro e o social

A Caixa está abrindo as portas para uma “volta à cidadania financeira” de algo como 3 milhões de clientes. Desses, 90% são pessoas físicas e os outros 300, microempresas. Como? Levantamento feito pelo banco encontrou dívidas com mais de um ano de atraso. Dados cruzados, resolveu renegociar os débitos dando, em alguns casos, até 90% de desconto. Esses clientes, segundo contou seu presidente Pedro Guimarães à coluna, estavam se financiando “a juros de 10%, 15% e até 22%” ao mês. De onde se pode deduzir que essa massa de clientes certamente rumaria para um default sem volta.

Essa atitude ousada, num tempo em que funcionários públicos estão pra lá de temerosos em tomar qualquer decisão que não seja a do feijão com arroz, é inusitada. Receando questionamentos legais, bancos públicos têm menos jogo de cintura que os privados. É fato que bancos privados renegociam dívidas regularmente, visando a melhor opção para o banco. Guimarães sabe que cada decisão sua “vai ter um escrutínio do TCU, outra do CGU, de todos os órgãos”. E acrescenta: “Acredito que ao sentar na cadeira da presidência da Caixa, tenho que assumir risco. Tomamos o cuidado de fazer todos os

“nossos movimentos alinhados ao TCU, aos procedimentos internos do banco, e temos total tranquilidade por saber que isso é bom para a sociedade. A Caixa é um banco social.”

Portanto, ele não tem dúvidas nem se sente temeroso. “Não, não ter medo faz parte da minha história. Meu pai faleceu de Aids há quase 30 anos, minha mãe de câncer de pulmão. E eu consegui dar a volta por cima. Quando meu pai morreu deixou um apartamento e dinheiro nenhum. Ele foi para várias olimpíadas, foi técnico de natação da seleção brasileira. Nadou, foi campeão.”

Mas não tinha recursos. Depois de algum tempo o hoje presidente da Caixa foi para os Estados Unidos estudar “graças a uma bolsa da **Capes**, US\$1,1 mil por mês, que acabei deixando no Brasil para minha mãe e meu irmão. Trabalhei desde sempre e recebi bolsa também da minha universidade lá fora. E prometi para mim mesmo que, se um dia eu tivesse a chance de voltar ao Brasil e ajudar, como fui ajudado, eu o faria. Então, pra ser objetivo: tem risco, mas tem que ser feito. Há que fazer o melhor pro Brasil e tem muitas coisas na Caixa que você pode fazer e que vai ajudar a população.” Na era do varejo digital, ressaltou que um dos focos “é o microcrédito, com tecnologia, buscando a pessoa com menor renda”.

A Caixa também refez a negociação que tinha com 600 mil imóveis. Com essa atitude, o avanço, segundo seu presidente, evitou que 40 mil proprietários perdessem o imóvel. “Estamos trabalhando para devolver à população esse ganho extraordinário, financeiro, que a Caixa tem.” Aqui vão os melhores momentos da conversa.

A Caixa teve um bom resultado no primeiro trimestre ao ano. Esperava isso? Até pra nós esse resultado foi surpreendente. O lucro líquido do primeiro trimestre foi 23% maior que o do ano passado. E nisso não está contabilizada a criação do cartão de crédito consignado. A Caixa, maior banco do Brasil e o quinto maior banco do mundo, o banco do povo, não pode ter o cartão de crédito mais barato do mercado. E a guerra das maquininhas, instalada no mercado brasileiro? Ela era o único banco que não tinha entrado na guerra das maquininhas.

A que você atribui essa falta de velocidade em acompanhar os tempos? Não tenho nenhuma resposta razoável. Quando entrei, fiz essa pergunta do cartão de crédito consignado e ouvi que havia problema de tecnologia. Em dois meses resolvemos o problema. Na questão da maquininha, estamos no meio do processo de escolha de um parceiro – afinal, depois de dez anos não vamos começar do zero. Claramente, a Caixa perdeu porque a única coisa que não podia era não ter feito nada. Mas vamos olhar pra frente.

Vocês promoveram amplo processo de reestruturação...

Sim, começamos em janeiro. Nos dois primeiros meses focamos no management. Trocamos vice-presidentes, diretores e 74% dos superintendentes regionais. Nos três níveis hierárquicos, aproximadamente 90% das pessoas foram trocadas simultaneamente.

Qual foi o critério para promover essas mudanças?

Meritocracia, conhecimento e lealdade à Caixa, aos funcionários, aos clientes. Na minha cabeça, o que a gente tem que buscar é a maximização tanto do financeiro quanto do

social. Havia ainda uma série de questões que ou não estavam maximizando a parte financeira ou então não estavam maximizando a parte social.

Foi buscar gente de dentro do banco?

Para diretor e superintendentes regionais, todos do banco – porque esta é regulação interna. Dos vice-presidente, seis vieram do mercado e seis da Caixa – e destes, três têm menos de 40 anos de idade.

Sua avaliação foi rápida. Usou método de gestão especial?

A própria Caixa já havia começado esse trabalho em setembro, com ajuda de consultoria externa. Quando entrei, quatro dos vice-presidentes já haviam sido escolhidos. Dois acabaram saindo, ficaram outros dois. Quero atestar que a qualidade das pessoas que encontrei é excelente. Todo mundo quer participar dessa revolução no banco. Nós temos 100 milhões de clientes, 2/3 do crédito imobiliário no Brasil. Nossa carteira de crédito hoje é de aproximadamente R\$ 450 bilhões. O segundo banco com mais carteira de crédito imobiliário é o BB, com R\$ 48 bilhões. Somos dez vezes maiores do que o segundo banco em crédito imobiliário.

Qual o foco do banco?

Além do crédito imobiliário, somos o banco das políticas públicas, área muito importante porque passa pelo Brasil inteiro. O terceiro papel é o de gestor do FGTS. Só nesse fundo são R\$ 560 bilhões. O FGTS não faz só o financiamento do Minha Casa Minha Vida, faz também da infraestrutura e, agora, de parte do setor de saúde. Temos 27 mil pontos de venda, 4,2 mil agências, 8,7 mil correspondentes bancários e 13,2 mil lotéricas.

Conversando aqui, parece fácil fazer tudo isso em tão pouco tempo. Você vem de um banco de investimentos agressivo. Isto é, operava um jato que atravessa o Atlântico em poucas horas. Assumi um navio lerdo, um transatlântico, com 100 milhões de clientes. Como conseguiu dar uma guinada tão rápida?

A minha tese de doutorado, de 2003, é sobre isso. Participei desse tipo de processo desde 1997, culminando em 2000 com a privatização do Banerj e até do Banespa. Aprendi muito cedo a força de um banco estatal. Vi erros e acertos depois de privatizações. Então, eu já estava estudando há muito tempo, não cheguei em janeiro.

Sabe-se que você se apaixonou pelo programa Caixa Mais Brasil. O que é isso?

Durante 40 fins de semana deste ano eu estou de sexta, sábado e domingo num Estado diferente, conversando com os clientes, com a população, com os funcionários e entes políticos, visitando obras que a Caixa patrocinou. Conhecemos realidades como a da Rocinha – eu, que sou carioca. Mas o Brasil é outra coisa. O que mais me chocou nesses 16 fins de semana foi o que aconteceu na cidade de Oeiras, que foi a primeira capital do Piauí. Encontrei uma casa sem teto, sem banheiro, de barro, com uma moça de 25 anos e 4 filhos. E ela foi para uma casa do governo – e ali eu vi como a Caixa pode transformar a vida das pessoas. Então, sem querer ser piegas, isso mostra o grande poder que tem o banco, por que ele faz a diferença no Brasil inteiro. Aqui em São Paulo a gente não tem ideia da força da Caixa.

O Banco do Brasil não?

Não. A Caixa tem um grande diferencial, que são as lotéricas – que abrem em fim de semana, abrem até de noite. Se a Caixa não tem agência no lugar, ela tem uma lotérica

e/ou um correspondente bancário exclusivo. Esse correspondente bancário paga todas as contas. Vou dar um exemplo que foi surpresa para mim: 92% do dinheiro que circula na Caixa circula pelas lotéricas; 50% dos pagamentos de conta circulam pelas lotéricas; 60% do crédito imobiliário começa nesse correspondente bancário exclusivo. E o que é um correspondente bancário exclusivo? É a padaria do “seu Joaquim” que também é o agente pagador do Bolsa Família.

Isso é bom ou ruim?

Alguém tem que fazer. Não consigo imaginar um país do tamanho do Brasil, com as diferenças e com o que eu tenho visto, ninguém fazer isso. Porque nessas localidades... não adianta você achar que a moça do interior do Piauí vai ter condição de pagar casa. Esquece, a condição dela é sub-humana.

Então a função da Caixa não é ser só um banco competitivo onde o foco é eficiência, enxugar gastos. Como equilibrar esse papel social com rentabilidade razoável? A gente já tem um lucro muito forte que pode aumentar reduzindo despesas. Nós alugamos 6 mil pontos de agências e alugamos mal. Estamos fazendo renegociações e tendo na média 35% de redução. Na Avenida Paulista nós tínhamos 7 prédios, estamos indo para um só prédio.

Tem debate sobre a funcionalidade e a existência de dois bancos públicos e questionamentos sobre a existência do BNDES. Todos não poderiam ser um só? Essa é uma pergunta para o Paulo Guedes e pro presidente Jair Bolsonaro. O que eu posso dizer, em linha com o que você está falando, é o seguinte: a Caixa vai ter um resultado forte esse ano.

Qual o destino de bancos de varejo na era digital?

Em relação à Caixa, a gente tem um amplo espaço de crescimento ainda, eu tenho ao redor de 50 milhões de pessoas que não têm conta em banco. Um dos nossos focos de crescimento é o microcrédito, com tecnologia, buscando a pessoa com menor renda. A Caixa não vai competir de igual pra igual com os bancos privados, Nós temos nossa vantagem comparativa. Você tem que saber sua vantagem comparativa e focar nela. Quem quer fazer tudo não faz nada.

[topo](#)

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Mudanças, cortes e manifestações: os seis números que resumem os seis meses da Educação na gestão Bolsonaro

Corte bilionário do Ministério motivou os maiores protestos de rua no primeiro semestre

Nos seis primeiros meses de governo de Jair Bolsonaro, poucos ministérios despertaram tanta polêmica e debate quanto o da Educação.

Citada pelo presidente como área que seria prioritária em sua gestão, a educação manteve-se sob os holofotes do país inteiro nos primeiros seis meses do governo: foi alvo de um corte bilionário de gastos públicos, o que motivou alguns dos maiores protestos populares de rua registrados neste primeiro semestre.

A redução no orçamento para a área não agradou. Pesquisa de opinião divulgada nesta semana pela CNI/Ibope, na quinta-feira (27/6), aponta que o índice de desaprovação popular com as políticas educacionais de Bolsonaro subiu de 44% para 54% entre abril

e junho, puxando para baixo a aprovação do governo como um todo. A educação, que antes era a segunda área mais bem avaliada da gestão, caiu para a quinta.

A seguir, a BBC News Brasil aponta seis números que relembram a trajetória do Ministério da Educação (MEC) nos primeiros seis meses de governo Bolsonaro: Dois ministros (e muitas trocas em cargos técnicos)

Abraham Weintraub é o segundo ministro a comandar o MEC desde o início do governo.

Antes dele, o titular da pasta era Ricardo Vélez Rodríguez, demitido em 8 de abril em meio disputas entre diferentes alas dentro do ministério —críticos diziam que o MEC estava dividido entre ideológicos ligados a Olavo de Carvalho, militares e técnicos— e depois de diversas medidas polêmicas do ministro.

As principais delas: Vélez havia pedido que escolas filmassem os alunos cantando o hino nacional, mas voltou atrás quando veio à tona que ele não tinha autorização parental para isso; ele também defendeu, em entrevista ao jornal Valor Econômico, revisar os livros didáticos para mudar a forma como eles retratam o golpe de 1964 e a ditadura militar.

As trocas de cargos no MEC não ficaram restritas ao primeiro escalão: o Inep, instituto responsável pelo Enem e por diversas outras avaliações do ensino brasileiro, está em seu quarto presidente desde a posse do novo governo. A secretaria-executiva do ministério teve cinco nomes publicamente indicados ao posto.

Para muitos analistas de educação, isso favorece a paralisação de importantes programas do MEC, com potenciais prejuízos à já problemática educação brasileira. R\$ 5,8 bilhões contingenciados

A partir do final de abril, a atenção do país se voltou ao orçamento do MEC, a partir da declaração de Weintraub de que seriam cortadas as verbas de universidades federais que não tivessem desempenho satisfatório e promovessem "balbúrdia" nos campi.

Mais tarde, o corte foi estendido a todas universidades federais, inicialmente anunciado como 30% da verba total e, depois, 30% do orçamento discricionário (ou seja, de gastos não obrigatórios), o equivalente a mais de R\$ 1,5 bilhão.

Mas o contingenciamento se estendeu também a outros institutos federais de educação, à concessão de bolsas (veja mais abaixo) e até a programas ligados à educação básica, área considerada prioritária pelo próprio governo.

No total, segundo o MEC, estão contingenciados atualmente R\$ 5,8 bilhões do orçamento de áreas diversas da pasta.

Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal, obtidos pela BBC News Brasil com a ONG Contas Abertas, apontam que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por exemplo, teve congelado quase R\$ 1 bilhão, ou 21% de seu orçamento para 2019. O FNDE financia livros didáticos, transporte escolar e auxílio à formação de professores na educação básica, entre outras

coisas.

Em vídeo que se tornou célebre, em 9 de maio, Weintraub e Bolsonaro usaram chocolates para explicar o bloqueio de recursos nas universidades. "A gente não está falando para a pessoa que a gente vai cortar. Deixa para comer (o chocolate) depois de setembro (após a reforma da Previdência)", declarou o ministro.

3.474 bolsas cortadas

Na esteira do contingenciamento de gastos, a **Capes** (fundação vinculada ao MEC que concede bolsas de pós-graduação) anunciou em maio cortes em seu orçamento, o que gerou novas críticas da comunidade acadêmica, ante o grande impacto potencial da medida sobre a produção acadêmica do país.

Segundo a **Capes**, porém, todas as bolsas já concedidas serão mantidas, no Brasil e no exterior. A entidade afirma ter feito um "bloqueio preventivo" de 3.474 bolsas que ainda não haviam sido concedidas para estudantes.

Dois protestos populares pela educação (e polêmicas nas redes sociais)

Os cortes de gastos serviram de gatilho para mobilizações populares pela educação, que levaram milhares de pessoas às ruas do país em duas ocasiões: 15 de maio e 30 de maio.

Nas duas ocasiões, as reações do governo foram polêmicas.

Em 15 de maio, Bolsonaro chamou os manifestantes de "idiotas úteis" e afirmou que a maioria deles eram militantes.

"Não sabem a fórmula da água. São uns idiotas úteis, uns imbecis, sendo usados como massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo de muitas universidades federais no Brasil", declarou o presidente.

Em entrevista posterior, ele afirmou que exagerou ao chamá-los de "idiotas": "O certo é (que são) inocentes úteis. São garotos inocentes, nem sabiam o que estavam fazendo lá".

Na segunda manifestação, a polêmica veio de um comunicado do MEC, de 30 de maio, afirmando que "professores, servidores, funcionários, alunos, pais e responsáveis não são autorizados a divulgar e estimular protestos durante o horário e no ambiente escolar".

Em resposta, o Ministério Público Federal pediu uma retratação pública do MEC e recomendou que o ministério "se abstenha de cercear a liberdade dos professores, servidores, estudantes, pais e responsáveis pela prática de manifestação livre de ideias e divulgação de pensamento".

O MEC afirmou que sua nota inicial "respeita fielmente a Constituição e tem o propósito de alertar para o eventual uso indevido de instituições públicas fora de suas finalidades legais para atender interesse ou ideologia pessoal".

Além desses dois protestos, a greve geral realizada em 14 de junho também teve como uma de suas bandeiras a crítica aos cortes na educação.

Por fim, as manifestações do ministro Weintraub nas redes sociais também chamam a atenção. Numa das mais famosas, ele apareceu com um guarda-chuva para dizer que "choviam fake news" sobre as verbas do MEC para a reconstrução do Museu Nacional.

Algumas postagens mais recentes, porém, foram mais polêmicas. Ao comentar o caso do oficial da FAB (Força Aérea Brasileira) detido na Espanha pelo transporte de 39 kg de cocaína, ele escreveu: "No passado o avião presidencial já transportou drogas em maior quantidade. Alguém sabe o peso do Lula ou da Dilma?", ao que o PT respondeu que pretende processar o ministro.

Sobre o mesmo tema, Weintraub escreveu: "Tranquillizo os guerreiros do PT e de seus acepipes: o responsável pelos 39 kg de cocaína NADA tem a ver com o Governo Bolsonaro. Ele irá para a cadeia e ninguém de nosso lado defenderá o criminoso. Vocês continuam com a exclusividade de serem amigos de traficantes como as FARC." O curioso, nesse caso, é o uso da palavra "acepipes", que quer dizer "petiscos". A suposição é que Weintraub quisesse dizer "adeptos" ou "asseclas".

Quatro temas quentes

A falência, no início de abril, da gráfica que imprimiria as provas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e o troca-troca no comando do Inep (órgão responsável pelo exame) suscitaram dúvidas quanto a se será possível cumprir o calendário da prova, para a qual há mais de 5 milhões de estudantes inscritos.

Como o Enem requer um forte esquema de segurança e logística, sua impressão tem de ocorrer com meses de antecedência.

Em 21 de maio, o MEC anunciou contrato com a gráfica Valid para imprimir a prova e afirmou que o calendário dos exames está mantido. "Como anunciado, o Enem 2019 será aplicado nos dias 3 e 10 de novembro", declarou Weintraub. "Os participantes podem ficar tranquilos porque todas as datas serão cumpridas. A prova está sendo preparada e a gráfica, de segurança máxima, está garantida."

No Twitter, Weintraub falou que "é mentira que o Enem esteja sob risco". "O Enem está garantido. Continue estudando", afirmou.

Rodrigo Maia e outros deputados ao seu redor na Câmara Fundeb precisará ser votado no Plenário da Câmara, em dois turnos - Luis Macedo/Câmara dos Deputados

A realização do Enem é um entre ao menos quatro temas urgentes a serem enfrentados pelos dirigentes da educação brasileira neste ano de 2019.

Outro é o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), que é a fonte da maioria dos recursos que financiam a educação básica pública do país.

O fundo tem cerca de R\$ 150 bilhões por ano, vindos de impostos como o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e de transferências federais obrigatórias pela Constituição. O problema é que, por lei, o Fundeb expira no ano que vem, deixando uma grande incógnita sobre qual será o mecanismo de financiamento da

educação a partir de 2020.

Há movimentações no Congresso para tentar aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que torne o Fundeb permanente, mas o tempo é curto: PECs exigem votação em dois turnos no Plenário da Câmara dos Deputados, com os votos de ao menos 3/5 dos deputados.

Do lado do governo, o ministro Weintraub já se mostrou favorável a aumentar o aporte da União ao Fundeb (hoje, 10% dos recursos do fundo vêm do governo federal), atendendo uma reivindicação de agentes da educação pública. "Sou a favor de aumentar os recursos, mas também de cobrar algumas metas", declarou o ministro em 22 de maio.

Por fim, outras duas sigla em debate atualmente na educação são estas: BNCC e PNE.

A primeira se refere à Base Nacional Comum Curricular, documento que definiu as aprendizagens consideradas essenciais para a educação infantil e o ensino fundamental de todas as escolas públicas e privadas do país. O documento foi homologado pelo MEC (ainda sob o governo de Michel Temer) em dezembro de 2017 e agora precisa ser colocado em prática. O desafio é ainda maior na etapa do ensino médio, que conta com uma Base Curricular específica (aprovada só em 2018), a qual caminha a passos lentos, segundo especialistas ouvidos pela BBC News Brasil.

E a segunda sigla (PNE) se refere ao Plano Nacional de Educação, lei aprovada pelo Congresso em 2014 com 20 metas para a educação do país a serem cumpridas em uma década, até 2024. Chegamos neste ano à metade desse percurso sem que a grande maioria das metas tenha sido cumprida —e a avaliação de especialistas é que praticamente já não há tempo hábil para cumprir muitas delas.

Uma nova secretaria-chave

Uma das primeiras medidas do governo Bolsonaro no MEC foi a criação de uma secretaria de alfabetização, em meio a um rearranjo no ministério que levou à extinção de outra secretaria, voltada à promoção da inclusão social na educação.

A nova secretaria de alfabetização está sob o comando de Carlos Nadalim, que foi aluno de Olavo de Carvalho e é crítico de Paulo Freire. A subpasta entrou em uma polêmica em torno de método de alfabetização, diante da sinalização de que o método fônico seria privilegiado em detrimento de outros —o que gerou crítica de especialistas.

O fato é que o problema da alfabetização ainda é crucial no país: cerca de um terço das crianças brasileiras não saem plenamente alfabetizadas do terceiro ano do ensino fundamental.

E, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil ainda tem 11,3 milhões de pessoas de 15 anos ou mais que são analfabetas —o equivalente a 6,8% da população.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Fies do segundo semestre de 2019 encerra inscrições nesta segunda
Nesta edição, 150 mil contratos são ofertados, dos quais 50 mil terão juros zero,
segundo o MEC. Lista com os pré-selecionados sai em 9 de julho.

Termina nesta segunda-feira (1º) o prazo para fazer as inscrições para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) do segundo semestre de 2019. O programa oferece financiamento para estudantes pagarem cursos de graduação em universidades privadas. A lista com a pré-seleção dos contemplados sai no dia 9 de julho (confira calendário abaixo).

Segundo o Ministério da Educação (MEC), serão oferecidos 150 mil contratos, dos quais 50 mil terão juro zero.

Fies e P-Fies

Na modalidade "Fies", são oferecidas vagas com juro zero para os estudantes que tiverem uma renda per capita mensal familiar de até três salários mínimos.

Já a modalidade "P-Fies" se destina a estudantes com renda per capita mensal familiar de até cinco salários mínimos. Eles podem receber um empréstimo a juros relativamente baixos, variando de acordo com o banco que atua como agente financeiro.

As inscrições são feitas pela internet no endereço: <http://fiessselecaoaluno.mec.gov.br>. Basta inserir CPF, data de nascimento, o código de verificação que aparece na tela e, se o candidato tiver tirado uma nota suficiente no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), pode dar continuidade à inscrição.

MEC divulga regras para Fies do segundo semestre de 2019

Para participar, o estudante tem de ter feito o Enem a partir de 2010, não pode ter zerado a redação e tem de ter feito pontuação mínima de 450 pontos na média aritmética das provas. Veja o edital.

Fies 2º semestre 2019

Inscrições: 25 de junho a 1º de julho

Pré-seleção: 9 de julho

Contratação: 10 a 12 de julho

Chamada da lista de espera: 15 de julho a 23 de agosto

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Termina nesta segunda-feira prazo para se inscrever no Fies para o 2º semestre
Estudantes interessados devem acessar a página do programa pela internet. Só serão aceitas as inscrições de quem participou do Enem

As inscrições para o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) do segundo semestre de 2019 terminam nesta segunda-feira (01). Os estudantes interessados devem acessar o site do programa.

O Fies oferece financiamento a estudantes em cursos superiores de instituições privadas com avaliação positiva pelo MEC (Ministério da Educação). Só pode fazer a inscrição o estudante que participou do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e não tirou zero na redação.

Estudantes podem renegociar Fies com Banco do Brasil pelo celular

Os interessados podem participar de duas modalidades de acordo com a renda familiar. A modalidade com juro zero é para os candidatos com renda mensal familiar per capita de até três salários-mínimos. O aluno começará a pagar as prestações respeitando o seu

limite de renda.

A modalidade chamada de P-Fies é para candidatos com renda familiar per capita entre 3 e 5 salários-mínimos. Nesse caso, o financiamento é feito por condições definidas pelo agente financeiro operador de crédito que pode ser um banco privado ou Fundos Constitucionais e de Desenvolvimento.

O resultado da pré-seleção referente ao processo seletivo do segundo semestre de 2019 para as modalidades Fies e P-Fies será divulgado no dia 9 de julho.

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Educação moral e cívica vai voltar

Segundo Mourão, retorno da disciplina faz parte de "combate" travado no Ministério da Educação: "Não se desmancha tudo da noite para o dia"

O presidente da República em exercício, Hamilton Mourão, disse que o governo deve promover a volta de educação moral e cívica aos currículos escolares, medida que está em discussão no Ministério da Educação. Para ele, o ministério tem sido "um local de combate", mas que a volta da disciplina está no radar do presidente Jair Bolsonaro.

"Vocês sabem que o ministério [da Educação] tem sido um lugar de combate direto. Não se desmancha tudo que existe lá da noite para o dia. Tem que ser um trabalho bem organizado. Mas é a determinação e a diretriz do presidente que matérias dessa natureza retornem", disse.

Mourão proferiu palestra, ontem, na Associação Comercial do Paraná. Ele contou que estudou nos Estados Unidos durante a adolescência e havia, segundo ele, uma disciplina semelhante à educação moral e cívica, acrescentando que não se tratava de algo relacionado a um campo ideológico específico. "Vi uma matéria chamada civics, que era ensinar a Constituição, a formação da nacionalidade, todas as coisas que eram ensinadas em educação moral e cívica. Isso não é uma coisa da direita nem da esquerda, isso é educação", avaliou.

Mourão disse ainda que o governo de Jair Bolsonaro trabalha com três eixos. O primeiro é o econômico, a cargo do ministro da Economia, Paulo Guedes. O segundo é o da segurança pública, sob o comando do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. E o terceiro é a agenda de costumes. "É um projeto caro ao presidente, e isso está sendo conduzido por ele, pessoalmente."

O presidente em exercício, reconheceu, no entanto, que a pauta dos costumes é delicada, e que é preciso cuidado para não tirar o governo do rumo que pretende seguir. "O presidente já se deu conta disso. Ele não abandona o compromisso que tem com as pessoas que o elegeram, mas sabe que determinados movimentos não podem ser feitos, pela conjuntura que se vive hoje no mundo como um todo."

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASÍLIA - DF

Fundeb em debate

A instituição Todos pela Educação movimentará Brasília na próxima semana, com uma discussão sobre o financiamento da educação a partir do ano que vem. É que, em 2020, termina o Fundeb, principal instrumento de distribuição de recursos para a educação

básica e é preciso resolver como ficará esse financiamento daqui até o ano que vem.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ARI CUNHA

Educação e família

Ao longo das últimas décadas, depois de seguidas reformas em nosso modelo de educação, do ensino básico ao superior, temos que constatar, à luz do que mostram os diversos rankings internacionais de avaliação de aprendizagem em que aparecemos sempre nas derradeiras posições, que a maioria de nossos projetos para a melhoria do ensino tem fracassado.

A razão para isso é que em todos modelos impostos ao processo educativo, elaborados de cima para baixo, a maioria deles deixa de lado, ou não prioriza conforme deveria ser, a participação da família em todas as atividades. Com isso, todo o esforço de renovação e melhoria é descartado ao não considerar o grupo familiar do aluno como partícipe dessa empreitada. Dissociado da família, qualquer modelo de aperfeiçoamento do ensino torna-se capenga e não se completa.

O ciclo integral de todo o processo educativo deve ser composto por alunos, professores e pais ou responsáveis. Sem essa tríade, mesmo os mais elaborados e revolucionários programas de ensino ficam a meio caminho. Esse tem sido o calcanhar de Aquiles de todo o processo brasileiro de ensino e que revela não apenas um descompromisso no envolvimento da escola com a comunidade, mas, principalmente uma desconsideração da importância de se firmar um acordo sério entre todas as partes envolvidas nesse mecanismo.

Um fato que comprova essa tese e que demonstra, na prática, essa falha é que é comum em muitas escolas, que professores e orientadores desconheçam, por completo, quem são os pais e responsáveis da maioria de seus alunos. Não conhecem e muitas vezes não sabem, sequer em que contexto social esse e aquele aluno vivem. Sem essas informações e sem o conhecimento do meio em que vive seus alunos, seu cotidiano, suas origens, o que os pais fazem, como é a rotina da família e outros dados preciosos, qualquer modelo tende a falhar.

Ocorre que, em muitos casos, é a própria família que não deseja estreitar qualquer laço com a escola dos seus filhos. Usando esses estabelecimentos de ensino apenas para cuidar de suas crianças, alimentá-las e dar-lhes alguma segurança, enquanto se ocupam em outras tarefas. Há casos em que o pai ou a mãe cumpre pena judicial em algum presídio e a escola não toma conhecimento. Ou que pais ou responsáveis são alcoólatras ou viciados em drogas. Ou ainda lares onde essas crianças foram abusadas ou vivem sob condições de violência diária.

Sem um levantamento minucioso de todos esses dados, sem uma ficha completa que mostre o verdadeiro perfil de seus alunos, qualquer modelo de educação é inócuo. Para complicar uma situação corriqueira dramática, há ainda os recorrentes casos de violência envolvendo alunos e professores ou dos próprios pais com os professores.

Nesta semana, em Ceilândia, uma mãe desferiu um tapa no rosto de uma educadora social que presta serviço voluntário na escola, apenas porque a profissional questionou, depois de um desmaio da aluna em sala de aula, se a criança havia se alimentado direito

em casa.

Casos, como esse, se repetem toda semana em muitas escolas da rede pública do Distrito Federal. Não só os pais ameaçam e agridem os professores, mas também tem se tornado comuns os casos de alunos que reproduzem esse reprovável comportamento contra os docentes e a qualquer profissional de educação dentro das escolas. Esse fenômeno tem feito com que muitos professores abandonem a profissão, o que provoca, ainda mais, um isolamento das escolas em relação ao seu entorno, e isso acaba repercutindo, negativamente, no processo de ensino. De fato, como tem sido comprovado, os professores e a escola têm medo de seus alunos e muitos sequer ousam questionar a realidade deles.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Papo de velho

Nos EUA, alunos negam os pilares mais básicos do sistema de Justiça ocidental

A gente sabe que ficou velho quando começa a se perguntar o que há de errado com os jovens de hoje. Bem, estou oficialmente velho, porque não consigo entender o comportamento da elite mundial dos estudantes universitários, que, cada vez mais, advoga por “safe spaces” (espaços seguros), “trigger warnings” (alertas sobre textos potencialmente chocantes) e se mete em protestos exóticos, entre outras esquisitices.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/heliosschwartzman/2019/06/papo-de-velho.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Usa-me

O Ministério da Educação começou a telefonar a deputados que manifestaram interesse de destinar verbas da pasta. Foi um dos últimos órgãos a viabilizar as inscrições.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/06/29/ue-negociou-clausula-que-suspende-compras-se-desconfiar-de-politica-ambiental-no-brasil/>

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

Significado da educação

Arnaldo Niskier é professor e jornalista

Não existe um significado exclusivo para o que é educação. Seus princípios variam conforme a época, o lugar, as circunstâncias, a concepção política de um dado momento, através de um plano de educação.

Recuando no tempo, é possível verificar o quanto sua conceituação pode assumir formas diversas, ao sabor da história e também da necessidade de preparar o homem para uma determinada posição. Platão (427/428-347/348 a.C.), por exemplo, achava que “uma boa educação consistia em dar ao corpo e à alma toda a beleza e toda a perfeição de que são capazes”.

Em Esparta, a educação voltava-se para a preparação de guerreiros, sem interesse algum pela literatura ou pelas artes; em Atenas, dava-se ênfase a uma visão mais universal da cultura. Os romanos, ocupados com sua tarefa de expansão, valorizavam a formação do patriota através do sistema escolar. O próprio Aristóteles (384-322 a.C.) há 2.500 anos,

em sua obra “Política”, se preocupava com o problema da educação, admitindo mesmo que sua prática, em vigor naquela época, era de perplexidade. Ninguém sabia sobre qual princípio se deveria proceder: sobre a utilidade da vida? Ou seria a virtude esse princípio? Ou seria um conhecimento mais elevado o objetivo da educação? Considerava Aristóteles que sobre esses três significados não havia consenso, uma vez que as ideias divergiam sobre a natureza da virtude e, ipso facto, sobre sua prática.

Para Sócrates, a educação tinha como última instância uma função social. Assim, não era o brilhantismo de cada um o mais importante, mas a forma como as ideias de cada um são disseminadas e o modo como podem modificara sociedade, de tal forma que a inteligência e a moralidade se combinassem.

Não é, pois, de estranhar que idêntica perplexidade à percebida por Aristóteles preocupe aqueles que hoje se dedicam à educação. Em tempos de incertezas e dúvidas, como obter respostas definitivas? De qualquer modo que se considere o problema, a pergunta pertinente é “como educar para novos tempos”. O que se deve fazer?

topo ↕

ISTOÉ - SP - BRASIL CONFIDENCIAL

Analfabetismo

Não é por outra razão que o Brasil tem 1,2 milhão de crianças, de 7 a 14 anos, que não sabem ler e nem escrever um simples bilhete. O mais grave, é que essas crianças e adolescentes estão matriculadas regularmente nas escolas. Ou seja, os professores não conseguem ensinar o básico. Isso tem que mudar.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - OPINIÃO

Ensino superior e pesquisa científica no Brasil

Continuo, neste segundo artigo, a discussão levada à II Jornada de Pesquisa do CISAM, desta feita tratando da pesquisa científica brasileira. Resumi e transcrevo aqui resultados da análise disponibilizada em relatório intitulado Research in Brazil, em janeiro de 2018, à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**. Produzido pela companhia especializada Clarivate Analytics, o relatório usou dados da rede de pesquisa Web of Science, que conecta, de forma interdisciplinar, as mais importantes bases indexadas de várias áreas do conhecimento.

Tais bases credenciam apenas revistas científicas com periodicidade assegurada, respeito a convenções editoriais internacionais, critérios de aprovação claros e definidos e conceituados revisores em sua área. Credenciadas em uma dessas bases e inseridas na rede, as revistas tornam-se mais consultadas e os artigos, nela aceitos e publicados, têm rigor científico e um selo de qualidade. A companhia usou bibliometria para analisar as publicações brasileiras que apareceram na Web of Science entre 2011 e 2016.

O país surge, no período, como o 13º maior produtor de publicações (papers) nessa rede em nível mundial, tendo os nossos quantitativos crescido ano a ano. Essa maior quantidade de publicações de primeira linha está associada ao aumento, em termos reais no período, do financiamento da pesquisa no Brasil. Dos recursos aumentados na pesquisa na última década, aproximadamente 60% foram para as universidades públicas, que se expandiram e responderam com o aumento da produção observado quase em sua totalidade. Além de elevação do número de publicações de qualidade, a relevância da nossa pesquisa, medida pelo número de citações que outros artigos, publicados na mesma rede, fazem-lhe, também, aumentou no período.

O impacto dos nossos artigos, historicamente abaixo da média mundial, cresceu mais de 15%, no período, nas bases indexadas. A continuar a tendência, atingiremos a média mundial em 2021. O crescimento mais impressionante, no entanto, foi na percentagem de papers brasileiros entre os 1% mais citados do mundo, que atingiu, em 2016, a média mundial, mais que dobrando sua quantidade. Nesse aspecto (impacto), tais resultados nos colocaram à frente da Rússia, Índia e México, e muito próximos à Argentina e ao Japão.

Uma maior colaboração internacional dos pesquisadores brasileiros acompanhou o crescimento de relevância da nossa pesquisa e mostra grande potencial, dado que há espaço para ampliação (apenas 32% das nossas publicações têm co-autoria internacional). Com relação às áreas de pesquisa, como esperado, aquelas que vêm sendo consistentemente apoiadas com maiores aportes de recursos em P&D no Brasil (área agrícola, saúde, tecnologia industrial e mais recentemente a ciência espacial), apresentaram os maiores quantitativos de publicações e impactos na rede. No entanto, áreas emergentes como Saúde pública, Ciências Ambientais e Ecologia surgiram com bons resultados, comparáveis, tanto em qualidade como em relevância, às áreas mais aquinhoadas.

Em tempos de escassez de recursos, a eficiência dessas áreas emergentes pode ser estratégica à pesquisa nacional e deve responder bem a maiores incentivos. À colaboração industrial também parece caber estímulos. Apenas 1% dos trabalhos de pesquisa brasileiros, no período, tiveram coautores da indústria. Globalmente, em geral, há aumento do impacto de citações com uma maior colaboração industrial. Esta pode, além de impactar na relevância da pesquisa, ajudar no seu financiamento, gerar patentes e aumentar a produtividade da indústria.

Resultados por estado mostraram Pernambuco como o 7º estado do Brasil em quantidade de publicações de alto nível, à frente do DF, Bahia e Ceará. Atingimos a média mundial de impacto de citações em 2016, acima da nacional, e mostramos tendência de alta em todos os demais indicadores. Resultados como esses são fruto do trabalho de várias gerações e décadas de investimentos nas instituições de ensino e pesquisa, bem como do amadurecimento das agências de fomento e avaliação, e dos órgãos que planejam e implementam o sistema educacional.

Um país que possui ciência é um país que conhece os seus problemas e soluções. Para proteger essas conquistas e continuar avançando, é necessário que a sociedade acredite na ciência e a veja como geradora de bem-estar e progresso. Essa visão precisa ser não apenas dos que atuam na educação, mas de cada cidadão, dos dirigentes políticos, empresariais e sindicais e das organizações da sociedade civil.

[topo](#)

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Educar é preciso e urgente

O novo Anuário Brasileiro da Educação Básica, divulgado esta semana, traz dados alarmantes sobre o nível de conhecimento dos estudantes baianos do ensino médio. De acordo com o estudo, apenas uma pequena parcela dos mais de 600 mil alunos que existem hoje na rede estadual de ensino domina o conteúdo das duas principais disciplinas - Matemática e Língua Portuguesa. Reverter esse quadro de baixíssimo desenvolvimento educacional deve ser prioridade imediata para as autoridades

responsáveis pela área.

Ao todo, 4,7% dos baianos que cursam os três anos finais da educação básica têm a chama proficiência em Matemática. É o terceiro pior índice entre os estados nordestinos, acima somente do Maranhão (3,7%) e Alagoas (4,5%). Quando se trata de Língua Portuguesa, o percentual dos estudantes baianos é de 18,4%, contra 16,2% do maranhenses, últimos colocados do Nordeste.

Embora tenham sido registrados avanços em relação ao levantamento de 2015, quando os índices foram, respectivamente, de 3,9% e 17,4%, a Bahia ainda está longe de alcançar a média nacional - 9,1% para Matemática e 29,1% para Língua Portuguesa.

Em relação aos estados do Sul e Sudeste, a distância é bem maior, mesmo que em todo o país o grau de domínio nas duas disciplinas entre alunos do ensino médio nas escolas públicas tenha sido considerado aquém pelos pesquisadores do programa Todos pela Educação, autor do anuário publicado pela primeira vez em 2012.

O estudo mostra também que o nível de proficiência na Bahia é muito mais alto entre os estudantes do ensino fundamental, cujo ciclo pertence basicamente à esfera das prefeituras. Nos anos iniciais, os índices são de 46,1% e 31,9%. Nos finais, de 26,7% e 12,3%. É preciso o quanto antes se debruçar sobre os motivos que provocam a queda abrupta nos percentuais dos ensinos fundamental e médio para, em movimento consequente, buscar soluções que aprimorem o desenvolvimento educacional.

Um dos caminhos passa, invariavelmente, por investimentos adequados na formação continuada do corpo de professores da educação básica e na adoção de métodos pedagógicos mais modernos e adaptados ao mundo de hoje. Em especial, por que o ensino médio concorre com outras demandas que surgem diante dos estudantes a partir dos 15 anos.

Entre as quais, o trabalho, do qual muitos adolescentes e jovens das escolas públicas, em sua maioria de origem pobre, não conseguem escapar. É de suma importância fazer com eles vejam a escola como o grande trampolim para uma vida melhor e não como algo incapaz de produzir qualquer transformação positiva real. Envolvimento dos poderes Executivo e Legislativos em todas as três esferas, comunidade acadêmica e sociedade civil organizada também é imprescindível

Outro aspecto fundamental é o acompanhamento dos estudantes ao longo de toda a trajetória escolar, a fim de monitorar a evolução de cada um deles nos dois campos mais importantes do conhecimento, nos quais se desenvolve a compreensão sobre o que se lê e a escrita, o raciocínio lógico e a capacidade de realizar operações numéricas, mesmo as mais simples.

Sem tais atributos, é quase impossível que os estudantes consigam apreender o conteúdo das demais disciplinas da grade curricular. Sonhar com um futuro melhor, então, nem pensar.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Educação ajuda a construir o futuro do Polo Industrial

Empresas se unem à Fieb e ao Cofic para garantir o aprimoramento profissional para o Polo de Camaçari

Quando cursava o segundo ano do ensino médio, o estudante Douglas Souza se inscreveu no curso de eletrotécnica do Senai, após assistir uma palestra realizada na sua escola. Na época, ele sequer entendia direito o que era eletrotécnica, mas começou a cursar e terminou por se apaixonar pela área. Hoje, aos 21 anos, depois de ter passado pelo Programa de Educação para Jovens, da Ford, ele cursa Engenharia de Controle de Automação na Universidade Federal da Bahia e comemora um contrato com a Bridgestone.

Douglas é um dos muitos jovens beneficiados pelos programas de formação realizados em diversas parcerias entre a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), o Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (Cofic), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Instituto Euvaldo Lodi (IEL-BA), o Campus Integrado de Manufatura e Tecnologia (Cimatec), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e empresas como a Brasken, Ford e Basf.

“Programas como esses são de extrema importância para a juventude local, pois não existe nas escolas formais orientação em relação à formação profissional. Muitos jovens terminam perdendo excelentes oportunidades por falta de conhecimento e formação, então quanto mais essas oportunidades se aproximam dos estudantes de ensino médio, melhor para todos”, defende Douglas.

Educação Premiada

O Prêmio de Incentivo à Educação é uma iniciativa das empresas do Polo Industrial de Camaçari voltada a estudantes, professores e diretores das escolas públicas de Camaçari e Dias d’Ávila. O objetivo é propiciar melhoria no desempenho dos alunos em três dimensões da Língua Portuguesa: leitura, escrita e oralidade. Em 2018, a premiação envolveu 3.450 estudantes do Ensino Fundamental e 221 professores nas nove escolas selecionadas.

De acordo com o presidente do Cofic, Mauro Pereira, o investimento na educação é fundamental para o desenvolvimento do Polo. “Decidimos não adotar uma creche ou escola em especial, mas adotamos o contexto da educação. Preferimos investir nos agentes desse processo com o Prêmio, que contempla o professor e o aluno; além de promover os debates e as discussões relevantes para essas comunidades em suas unidades”, esclarece.

O Sistema Fieb, por meio do Senai-Ba, também busca oferecer toda a estrutura técnica e tecnológica para apoiar a implantação de empresas. Na chegada de uma nova fábrica, por exemplo, a instituição trabalha junto com a empresa desenhando um organograma para a contratação de pessoal que será envolvido nas etapas de construção, montagem e operação da planta.

O Cimatec Industrial - que amplia a capacidade de atendimento do Senai Cimatec e deverá entrar em pleno funcionamento ainda esse ano- também dará suporte tecnológico às empresas instaladas no Polo. Será um complexo tecnológico e industrial com mais de 4 milhões de m², laboratórios avançados e inclusive uma pista de testes para o setor automotivo. O espaço será um vetor de crescimento de diversos setores industriais, como o de energias renováveis, automotivo e da indústria da saúde; além de possibilitar

a atração de novos empreendimentos.

Empresas se unem em parceria para formar a mão de obra que as move. Desenvolvido pela Ford, o Programa de Educação para Jovens/Ford tem como meta desenvolver jovens em competências para o mercado de trabalho, tendo como referência aquelas necessárias aos cargos iniciais das industriais do Polo. Em sua 4ª Edição, o Programa irá atender 125 jovens de escolas públicas de Camaçari, sendo 50 alunos do ensino fundamental 2 e 75 do ensino médio. O programa inclui, em uma etapa posterior, uma qualificação profissional realizada pelo Senai. No caso dos estudantes do Ensino Fundamental 2, as competências são desenvolvidas por meio da robótica educacional.

Já o Projeto SEJA! Saberes da EJA é uma iniciativa patrocinada pela Braskem que visa elevar a educação básica de jovens e adultos maiores de 18 anos, com a oferta do Ensino Médio Profissionalizante a distância. São 105 vagas - 75 vagas para residentes de Camaçari e 30 vagas para residentes de Dias D'Ávila. O curso também oferece formação profissional no Senai em Montador de andaimes, Eletricista instalador residencial e Almojarife.

topo ↕

FOLHA DE BOA VISTA - RR - VARIEDADES

Quem tem medo da educação a distância?

A educação a distância é diretriz e integra a base da educação brasileira como uma modalidade reconhecida. Em 2005, um decreto apresentou parâmetros de qualidade e de segurança para um meio acadêmico que já inovava, em termos de oferta e experimentações. Esta norma, que foi recentemente modernizada, já indicava a possibilidade de aplicação de processos de ensino e aprendizagem, por meio de uma mediação didático-pedagógica sempre muito demandada, pouco explorada e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, incentivada.

Desde então, a modalidade da educação a distância (EAD) no Brasil evoluiu de forma muito tímida na educação básica e de forma bem intensificada na educação superior. Nota-se ao analisar os dados dos Censos da Educação Superior que, já no ano de 2007, a base de alunos declarados nesta modalidade representava 7% dos matriculados. Dez anos depois, esta base triplicou de tamanho, alcançando 21,2%, perfazendo mais de 1,7 milhões de alunos.

Segundo dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) de 2017, a distribuição do conceito 3 (de uma escala entre 1 a 5) entre as modalidades presencial e a distância, é praticamente igual para os cursos avaliados naquele ciclo. Este indicador é calculado a partir do desempenho dos alunos e esta faixa de nota, que concentra o maior número de cursos avaliados, refere-se a um atendimento dos parâmetros médios da avaliação. Os dados mostram ainda que, como fator de impacto social dos cursos de EAD, quase 80% dos alunos inseridos nesta modalidade trabalham e que 77% são mulheres, reforçando o caráter inclusivo desta modalidade.

Por mais que em uma década a modalidade tenha crescido em números que sustentam o ingresso, matrícula e permanência na educação superior, também cresce o número de atores descontentes com a oferta desses cursos superiores. Com o discurso pautado na falta de qualidade ou na preparação inadequada dos currículos dos cursos, sobretudo na área da saúde, muitos que desconhecem as regras ou até mesmo a sala de aula, investem críticas contra a modalidade, como é o caso dos conselhos de profissão regulamentada.

Falamos aqui de uma parcela diminuta da sociedade, mas que consegue, a seu modo, garantir que o debate míope contra a modalidade esteja sempre calçado na desconfiança de quem não educa, mas de quem regula o exercício de uma determinada profissão. Contudo, quando agregam valor aos seus inscitos, esses conselhos são importantes para acompanhar o desenvolvimento de seus profissionais e o combate do exercício irregular da profissão, mas quando tentam indicar os rumos da formação, confundem a sua missão de ser, principalmente quando buscam pautar esses pontos fora das devidas instâncias.

Contudo, por mais que existam movimentos que queiram desagregar a educação a distância da qualidade, é vital esclarecer que todas as regras que competem aos cursos presenciais, também se aplicam ao EaD, principalmente quanto às questões relativas às atividades práticas, estágios supervisionados obrigatórios e das disciplinas presenciais que as diretrizes curriculares nacionais de cada curso indicam, desmistificando que a liberdade do EaD esteja vinculada à falta de qualidade ou irregularidade na oferta desses cursos perante ao Ministério da Educação.

A modalidade a distância é um avanço para a educação brasileira, pois garante ao aluno, ao professor e as instituições de ensino devidamente habilitadas, a liberdade de escolha, o melhor aproveitamento do seu tempo e das tecnologias disponíveis e que, subsidia, por meio de metodologias inovadoras de comunicação e informação, um acesso mais célere e dinâmico aos currículos e conteúdos dos mais diversos cursos.

Se a educação brasileira já fez a sua escolha e se adaptou aos novos tempos, por que continuam a ter medo da educação a distância? Neste caso é melhor ter medo de quem tem medo.

*Chanceler do Grupo Estácio; Foi Secretário-Executivo do MEC; Professor universitário.

topo 

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Livro sobre desigualdade é o melhor em anos, diz Celso Rocha de Barros
Tese premiada detalha concentração de renda no Brasil e contesta ideia de que diferença tenha despencado na era Lula

Publicada em livro, tese premiada detalha a concentração de renda no Brasil de 1926 a 2013, contesta a ideia de que a desigualdade tenha despencado na era Lula e investiga os efeitos de democracia e ditadura na distribuição de riquezas.

“Uma História de Desigualdade” é o melhor trabalho produzido pelas ciências sociais no país nos últimos anos. Caso seja sinal de uma tendência de conciliar rigor quantitativo com discussões teóricas historicamente relevantes, talvez estejamos prestes a assistir a uma grande era na reflexão sobre a sociedade brasileira.

O livro é fruto de tese de doutorado em sociologia defendida na Universidade de Brasília. O autor, Pedro H. G. Ferreira de Souza, pesquisador do Ipea, venceu com essa pesquisa prêmios conferidos pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) e pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Por isso o livro é, fundamentalmente, uma tese. Tem gráfico, tem tabela —e grande parte de seu atrativo vem disso. Para quem estuda sociedade brasileira, trata-se de uma leitura obrigatória, embora a discussão sobre dados possa afastar alguns leitores.

O Brasil é um caso de grande interesse para os estudos sobre desigualdade. Já fomos o país mais desigual do mundo e continuamos no pelotão da frente em todas as medidas nesse quesito. Ao nosso lado nessa nada honrosa lista estão outros países da América Latina e países africanos extremamente pobres e/ou afetados por guerras civis.

Quando a desigualdade russa disparou nos anos 1990, lembro-me de pessoas dizendo: “se continuar assim, vai ficar igual ao Brasil”. Quando um pesquisador estrangeiro fala de “brasilianização”, o mais provável é que esteja se referindo a algum cenário de desigualdade crescente.

Nada disso é novidade, mas é raro o assunto ser tratado com dados novos e procedimentos estatísticos rigorosos.

O trabalho de Souza e de seu orientador Marcelo Medeiros (também pesquisador do Ipea) ganhou notoriedade, inicialmente, como contestação da reivindicação petista de que a desigualdade havia despencado na era Lula. A tese mostra uma notável estabilidade na fração da renda controlada pelo 1% da população mais rica.

Sem a utilização dos dados obtidos por Souza, o quadro anterior indicava grande queda da desigualdade, causada pela redução (aí sim, bem grande) da distância entre os pobres e a classe média, ou entre os pobres e os não tão pobres.

Na verdade, é possível resumir o lulismo em um gráfico com os dois resultados. Os pobres conseguiram se aproximar do meio da distribuição da renda, mas os governos petistas não encostaram na renda dos mais ricos. É a redistribuição sem conflito, bem descrita nos trabalhos de André Singer.

Se Souza e Medeiros tivessem só ajudado a compor metade desse quadro, já seria uma bela contribuição. Mas o livro é bem mais que isso.

Sob um certo aspecto, é a história de uma proporção: a parte da renda nacional que está nas mãos dos ricos. Souza foi atrás de dados de tabelas do Imposto de Renda que refletem melhor a renda dos ricos que as pesquisas domiciliares por amostragem, base dos estudos anteriores. Os ricos —e, em especial, os muito ricos— aparecem pouco nessas pesquisas, que, portanto, tendem a subestimar a desigualdade total.

De posse dos dados e após reconstruir a história da taxa de renda no Brasil, Souza reconta a evolução da proporção da renda dos brasileiros controlada pelos ricos, com atenção especial ao 1% mais rico, de 1926 a 2013.

A despeito dessa façanha, o livro é bem mais do que um bom trabalho de sistematização de dados. O que os números revelam é interessantíssimo. Não há espaço aqui para discutir todos os resultados, nem mesmo os mais interessantes, mas vale a pena citar ao menos um, com seus desdobramentos.

A desigualdade brasileira caiu nos períodos democráticos (tanto no período de 1945 a

1964 quanto na fase atual) e subiu durante as ditaduras (tanto no Estado Novo quanto no regime militar). Souza é o primeiro a dizer que não se deve interpretar esse fato apressadamente.

É possível que a democracia tenha reduzido a desigualdade, dando voz aos pobres que exigiram redistribuição; também é possível que as ditaduras tenham levado a um crescimento da desigualdade, pois reprimiram movimentos sociais pró-redistribuição, como os sindicatos. Mas em cada uma das conjunturas-chave (as transições para a democracia e para regimes autoritários), vários outros fatos também podem ter sido decisivos.

Enquanto lia, ocorreu-me uma hipótese bem mais pessimista: talvez a democracia brasileira só tenha sido capaz de se sustentar enquanto foi possível redistribuir renda. Espero que as descobertas de Souza inaugurem um bom debate sobre o tema.

O livro oferece ainda apoio parcial às teses do economista Jeffrey Williamson, que mostrou que a desigualdade na América Latina não era tão mais alta do que a europeia, no final do século 19. Nossa excepcionalidade está no fato de que perdemos a “grande equalização” que ocorreu nos países ricos durante o século 20. As comparações internacionais, a propósito, são um dos pontos fortes do livro.

Os resultados de Souza nos fazem pensar sobre o quanto a falta de democracia nos fez perder a grande equalização. Está claro, porém, que não se trata apenas disso. Afinal, a Europa passou por grandes calamidades no século 20 que acabaram por reduzir a desigualdade. As guerras mundiais, as crises econômicas e a inflação destruíram uma quantidade imensa de riqueza.

Souza chama de “Jencks-Piketty” a hipótese de que a desigualdade só cai bruscamente pela ação de grandes reviravoltas históricas (em geral, desastres). O nome é uma homenagem aos pesquisadores Christopher Jencks e Thomas Piketty.

Souza, por sinal, parece inclinado a interpretar seus resultados à luz de Jencks e Piketty, relacionando os grandes movimentos da desigualdade às grandes crises brasileiras que causaram sucessivas mudanças de regime político.

Faz sentido e é consistente com os dados, mas ainda acho que se deva dar mais uma chance à hipótese de que a democracia foi crucial para derrubar a desigualdade, tanto aqui quanto nos países ricos.

O século 20 foi uma era de calamidades, mas também dos espetaculares ganhos sociais obtidos pela social-democracia e suas variantes onde ela teve chance de se desenvolver. As duas coisas aconteceram ao mesmo tempo. É difícil isolar os efeitos da democracia e os das calamidades, mas vale a pena continuar tentando.

De qualquer forma, parece claro que precisaremos levar a sério a ideia de Mangabeira Unger de que “a imaginação antecipa o trabalho da crise” e começar a pensar em soluções para o problema da desigualdade que sejam compatíveis com alguma estabilidade institucional.

Supondo, é claro, que ainda estejamos, enquanto país, interessados em reduzir nossas desigualdades. Isso já foi mais certo.

topo ↕

BLOG DO LUÍS NASSIF - BLOG

Corporações transnacionais tutelam o planejamento territorial do país, mostra pesquisa

Estudo demonstra que agências de consultoria norteiam concessões do sistema aeroportuário brasileiro

Corporações transnacionais tutelam o planejamento territorial do país, mostra pesquisa

Desde a iniciação científica, realizada durante o curso de graduação na Unicamp, o geógrafo Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira vem se dedicando ao estudo do poder das corporações na organização do espaço brasileiro quando, sob a supervisão da professora Adriana Maria Bernardes, do Departamento de Geografia, do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp, investigou em especial o papel da consultoria PwC no processo de privatização do sistema de energia elétrica. Daí adveio o interesse de verificar mais detidamente como essas corporações influenciavam no funcionamento e planejamento das infraestruturas territoriais antes controladas por estatais, mais particularmente no processo de concessão dos aeroportos.

Essa investigação permeou o mestrado em que ele analisou o papel da consultoria McKinsey&Co na primeira rodada de concessões de aeroportos brasileiros. Esses estudos, por sua vez, apontavam na direção da continuidade do processo em uma escala ainda maior e com consequências ainda mais severas sobre o território. Foi quando despontou a hipótese, apoiada principalmente em outros estudos orientados pela professora Adriana, de que as transformações estariam associadas a um novo tipo de poder decorrente do controle das informações, de um modelo de gestão, proposto, entre outros agentes, por grandes empresas de consultoria.

Daí a hipótese de que nos últimos anos está em curso no Brasil um planejamento corporativo do território e a necessidade de averiguar a validade dessa hipótese e as consequências decorrentes desse novo modelo de gestão. A tese propôs-se, então, a investigar o domínio de informações estratégicas pelas agências de consultoria; o controle do fluxo do território por corporações inicialmente nacionais e depois internacionais, levando à internacionalização territorial; e as suas influências nas agências reguladoras, que deu origem a um modelo de gestão híbrido entre o público e o privado, elementos que caracterizariam um sistema corporativo.

Com efeito, a percepção dos pesquisadores era a de que, a partir dos anos da década de 1990, o planejamento territorial brasileiro, até então realizado por empresas públicas, passou a ser delegado a organizações privadas. Uma das observações era a de que os processos de concessões e privatizações obedeciam a novos paradigmas propostos por corporações transnacionais. “Esse é o ponto crucial da nossa pesquisa, pois o que era realizado pelo Estado passa à tutela das organizações privadas globais e, por isso, se fazia necessário investigar que empresas eram essas, como atuavam e quais as consequências dessa mudança para a sociedade brasileira, que passava a ter seu território planejado por um sistema híbrido, constituído por agências reguladoras, de administração mista, e empresas privadas”, diz Teixeira. A investigação concentrou-se então no sistema aeroportuário administrado pela Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária).

A professora Adriana Bernardes, orientadora do doutorado, esclarece que, a partir de 1990, quando o Estado brasileiro adota o caminho das privatizações e institui um plano nacional de desestatização, as grandes empresas de consultoria, como as big four PwC, KPMG, E&Y e Deloitte, passaram a exercer importantes papéis não só na formulação das estratégias territoriais do Brasil como também na definição das empresas a serem privatizadas e nas suas avaliações. “Através da venda de pacotes de consultoria e assessoria, elas assumem um protagonismo muito grande nas decisões do Estado e, conseqüentemente, nos investimentos e processos de privatizações e concessões”, diz ela.

Os pesquisadores lembram que durante as décadas de 70, 80 e 90 os aeroportos adquiriram uma grande importância na integração territorial, que cresceu ainda mais a partir de 2000, o que despertou o interesse privado pelas suas concessões. A partir daí, constata Sérgio, “notamos significativa queda na integração do território nacional, que está em curso e ainda não efetivamente completada, mas fundamental em um país de dimensões continentais”.

O que foi feito

O trabalho apoiou-se em ampla revisão bibliográfica; no levantamento de informações nos bancos de dados das agências e instituições envolvidas; no exame de leis e portarias relacionadas às normas regulatórias do setor aeroportuário; em trabalhos de campo e visitas técnicas a órgãos governamentais responsáveis pelo planejamento dos aeroportos brasileiros. Entre as corporações globais, mereceu maior atenção a empresa McKinsey&Co. Quanto às instituições ligadas à administração pública, o destaque foi dado aos papéis da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), da Secretaria de Aviação Civil (SAC), da Empresa de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Primeiramente foi realizada uma análise da integração territorial brasileira com vistas a determinar como ela se deu historicamente sob a tutela do planejamento estatal, com ênfase no setor aeroportuário e sua ligação com a rede urbana.

Posteriormente, foram averiguadas quais as mudanças operadas nesse sistema e caracterizados os principais agentes que as promoveram – empresas de consultoria e agências reguladoras. Destas últimas procurou-se entender, particularmente em relação à ANAC, quando e porque foram criadas, quais seus objetivos e como funcionam. Enfim foram detectadas as conseqüências dos processos de concessões.

A docente considera o trabalho muito rico em dados relativos ao desenvolvimento histórico, aos novos atores e às mudanças observadas nas três rodadas de concessões de aeroportos estudadas. “Acabamos de assistir mais uma rodada de concessões e verifica-se que há pouco debate no país sobre suas conseqüências, o que é preocupante, porque a infraestrutura aeroportuária construída no país, principalmente a partir dos anos 70, era toda pública e orientada para a integração nacional”, diz ela.

A primeira rodada de concessões ocorreu em 2011 e incluiu os aeroportos internacionais de Guarulhos (SP), Campinas (SP) e Brasília (DF). As concessões foram entregues a empresas nacionais, sobretudo de infraestrutura e de construção civil. A segunda rodada, realizada em 2013, incluiu os aeroportos do Galeão (RJ) e Confins (MG). Na

terceira rodada, em 2017, entraram os aeroportos de Fortaleza (CE), Salvador (BA), Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS) e ocorreram mudanças significativas: a participação de empresas internacionais de administração aeroportuária e a não mais obrigatória participação acionária da Infraero, que nas duas primeiras concessões detinha 49% das ações. Em consequência, as concessões passam a ser diretamente gerenciadas pelas empresas consorciadas e agora internacionais, ocorrendo o que os pesquisadores denominam internacionalização do território. Na quarta rodada, realizada em 15 de março de 2019, os aeroportos foram concedidos em blocos regionais encabeçados pelos de Recife (PE), Vitória (ES) e Cuiabá (MT).

Sérgio chama a atenção para o fato de serem concessionados, dos 67 aeroportos controlados pela Infraero, os mais lucrativos, que recebem os maiores fluxos de passageiros e particularmente de negócios. Em decorrência, a Infraero viu sensivelmente diminuída sua capacidade de manter subsídios cruzados, ou seja, de subvencionar os aeroportos deficitários com os ganhos advindos dos mais utilizados, política que se revelara fundamental para a manutenção e ampliação da integração nacional. O doutorado, financiado pela **Capes**, insere-se no grupo de pesquisa “Círculos de Informações, Urbanização e Território” coordenado pela professora Adriana e financiado pelo CNPq.

Resultados

Para Sérgio, o resultado mais impactante do trabalho foi a constatação de que a política de concessões levou ao aprofundamento da internacionalização do território brasileiro, questão esta que foi problematizada por Milton Santos nos anos 1990 ao debater o avanço dos processos de globalização no país. A pesquisa sobre a concessão aeroportuária revela que há uma forte tendência de desintegração territorial com a redução dos fluxos aéreos, pois, diz ele, “as concessões não envolvem apenas a entrega das infraestruturas criadas no período desenvolvimentista, responsáveis pela organização do território, mas acarretam também a perda do controle sobre o planejamento territorial”.

O território passou a ter um planejamento híbrido de que participam as grandes empresas de planejamento e as agências reguladoras tuteladas pelo privado, configurando o que os pesquisadores chamam de uso, regulação e planejamento corporativo do território. O autor lembra que o discurso inicial era o de que as concessões permitiriam a ampliação da integração nacional, na medida em que a Infraero não vinha conseguindo, mas o que efetivamente ocorreu é que elas impulsionam a desintegração territorial com diminuição dos fluxos, elevando o custo das passagens em determinadas regiões, como as Norte e Nordeste. Dessa maneira, as empresas aéreas, no curto prazo, passaram a operar em maior volume nos aeroportos concedidos, visto que estes aumentaram as vantagens competitivas de operação, o que levou a intensificação da concentração dos fluxos de passageiros nos aeroportos do Sul e Sudeste.

Adriana considera que os trabalhos desenvolvidos pelo seu grupo de pesquisa vêm mostrando há muito tempo as consequências da entrega sem freios do território brasileiro às grandes corporações. Revelam que o território não é pensado como um todo e nem há estratégias para o futuro. A integração nem foi completada e sua desconstrução já ocorre com impressionante velocidade. Ela acrescenta: “Privatizações e concessões não podem ser analisadas apenas pelo viés contábil. Elas precisam ser

contextualizadas dentro de um projeto de Estado planejador que considera a totalidade do seu território, que aponte para o futuro de um país continental, subdesenvolvido, desigual, heterogêneo. E isto não vale apenas para o sistema aeroportuário, mas para todos os setores que passaram e passarão pelas privatizações”.

Fotos: Antonio Scarpinetti | Edição de imagem: Luis Paulo Silva

topo ↕

ISTOÉ DINHEIRO - SP - TEMPO REAL

Professores da rede pública fazem curso nos EUA

Geidla Silva Manuel tem 31 anos e é professora de inglês da rede pública da cidade de Mariana, Minas Gerais. Sara Gleice Gomes de Almeida, 33 anos, tem a mesma profissão e leciona em Belém, no Pará. Mais de 2,6 mil quilômetros as separam no Brasil, mas na próxima semana as duas vão se encontrar para uma capacitação nos Estados Unidos. As professoras foram selecionadas no último edital do Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos Estados Unidos (PDPI) oferecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, a **Capes**.

No total, 486 professores de todas as regiões do Brasil vão participar do programa oferecido em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos e a Comissão Fulbright.

Essa é a segunda vez que Geidla se inscreve para a bolsa. Em 2017, não foi selecionada. Neste ano, antes de saber que iria para Austin, no Texas, teve que olhar duas vezes para achar seu nome na relação de aprovados. “teve um problema no sistema e colocaram a lista do ano passado. Aí quando colocaram a certa quase morri de felicidade. Já estou louca para chegar lá, o coração está na boca”, conta.

Sensação semelhante viveu Sara Gleice. A paraense ficou nove meses nos Estados Unidos em 2014 e voltou para o Brasil para dar aulas de inglês. Ela e outro colega da Escola Municipal Padre Leandro Pinheiro vão participar da capacitação. “Estou muito grata, muito feliz pela oportunidade que os professores de escola pública vão ter. É um presente de ouro e vou usufruir dessa chance para levar o melhor para os meus alunos.”

Qualificação

A coordenadora-geral de Formação de Docentes da Educação Básica da **Capes**, Izabel Pessoa, diz que o programa já teve mais de dez edições e segue com o objetivo de compartilhar experiências e qualificar os professores brasileiros. “Os professores vão fazer o treinamento da língua inglesa e o compartilhamento de metodologias de ensino para capacitar esse profissional brasileiro”, conta.

O programa oferece aos aprovados passagem aérea, ajuda de custo, reembolso da taxa de solicitação de visto, seguro saúde, deslocamento nos EUA, alimentação, material didático, taxas escolares, alojamento em instalações do campus universitário no qual o curso será realizado e passagem aérea nacional e hospedagem para participação na orientação.

O professor Paulo Barbosa, do município de Lontra (MG), disse que sem esse apoio financeiro seria praticamente impossível fazer um curso em outro país. “Creio que 100% das nossas aulas vão ter uma melhora com esse programa.”

O embarque dos professores começou na sexta-feira e vai até este domingo (30). As aulas nos Estados Unidos começam já na segunda (1º) e vão até 9 de agosto, data em que os selecionados começam a voltar para o Brasil.

topo ↕

MIXBRASIL - SAUDE

Professores da rede pública fazem curso nos EUA

Geidla Silva Manuel tem 31 anos e é professora de inglês da rede pública da cidade de Mariana, Minas Gerais. Sara Gleice Gomes de Almeida, 33 anos, tem a mesma profissão e leciona em Belém, no Pará. Mais de 2,6 mil quilômetros as separam no Brasil, mas na próxima semana as duas vão se encontrar para uma capacitação nos Estados Unidos. As professoras foram selecionadas no último edital do Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos Estados Unidos (PDPI) oferecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, a **Capes**.

No total, 486 professores de todas das regiões do Brasil vão participar do programa oferecido em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos e a Comissão Fulbright.

Essa é a segunda vez que Geidla se inscreve para a bolsa. Em 2017, não foi selecionada. Neste ano, antes de saber que iria para Austin, no Texas, teve que olhar duas vezes para achar seu nome na relação de aprovados. “teve um problema no sistema e colocaram a lista do ano passado. Aí quando colocaram a certa quase morri de felicidade. Já estou louca para chegar lá, o coração está na boca”, conta.

Sensação semelhante viveu Sara Gleice. A paraense ficou nove meses nos Estados Unidos em 2014 e voltou para o Brasil para dar aulas de inglês. Ela e outro colega da Escola Municipal Padre Leandro Pinheiro vão participar da capacitação. “Estou muito grata, muito feliz pela oportunidade que os professores de escola pública vão ter. É um presente de ouro e vou usufruir dessa chance para levar o melhor para os meus alunos.”

Qualificação

A coordenadora-geral de Formação de Docentes da Educação Básica da **Capes**, Izabel Pessoa, diz que o programa já teve mais de dez edições e segue com o objetivo de compartilhar experiências e qualificar os professores brasileiros. “Os professores vão fazer o treinamento da língua inglesa e o compartilhamento de metodologias de ensino para capacitar esse profissional brasileiro”, conta.

O programa oferece aos aprovados passagem aérea, ajuda de custo, reembolso da taxa de solicitação de visto, seguro saúde, deslocamento nos EUA, alimentação, material didático, taxas escolares, alojamento em instalações do campus universitário no qual o curso será realizado e passagem aérea nacional e hospedagem para participação na orientação.

O professor Paulo Barbosa, do município de Lontra (MG), disse que sem esse apoio financeiro seria praticamente impossível fazer um curso em outro país. “Creio que 100% das nossas aulas vão ter uma melhora com esse programa.”

O embarque dos professores começou na sexta-feira e vai até este domingo (30). As

aulas nos Estados Unidos começam já na segunda (1º) e vão até 9 de agosto, data em que os selecionados começam a voltar para o Brasil.

topo ↕

O DOCUMENTO - MT - TEMPO REAL

Professores da rede pública fazem curso nos EUA

Geidla Silva Manuel tem 31 anos e é professora de inglês da rede pública da cidade de Mariana, Minas Gerais. Sara Gleice Gomes de Almeida, 33 anos, tem a mesma profissão e leciona em Belém, no Pará. Mais de 2,6 mil quilômetros as separam no Brasil, mas na próxima semana as duas vão se encontrar para uma capacitação nos Estados Unidos. As professoras foram selecionadas no último edital do Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos Estados Unidos (PDPI) oferecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, a **Capes**.

No total, 486 professores de todas das regiões do Brasil vão participar do programa oferecido em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos e a Comissão Fulbright.

Essa é a segunda vez que Geidla se inscreve para a bolsa. Em 2017, não foi selecionada. Neste ano, antes de saber que iria para Austin, no Texas, teve que olhar duas vezes para achar seu nome na relação de aprovados. “teve um problema no sistema e colocaram a lista do ano passado. Aí quando colocaram a certa quase morri de felicidade. Já estou louca para chegar lá, o coração está na boca”, conta.

Leia Também: Estudantes podem renegociar Fies com Banco do Brasil pelo celular

Sensação semelhante viveu Sara Gleice. A paraense ficou nove meses nos Estados Unidos em 2014 e voltou para o Brasil para dar aulas de inglês. Ela e outro colega da Escola Municipal Padre Leandro Pinheiro vão participar da capacitação. “Estou muito grata, muito feliz pela oportunidade que os professores de escola pública vão ter. É um presente de ouro e vou usufruir dessa chance para levar o melhor para os meus alunos.”

Qualificação

A coordenadora-geral de Formação de Docentes da Educação Básica da **Capes**, Izabel Pessoa, diz que o programa já teve mais de dez edições e segue com o objetivo de compartilhar experiências e qualificar os professores brasileiros. “Os professores vão fazer o treinamento da língua inglesa e o compartilhamento de metodologias de ensino para capacitar esse profissional brasileiro”, conta.

O programa oferece aos aprovados passagem aérea, ajuda de custo, reembolso da taxa de solicitação de visto, seguro saúde, deslocamento nos EUA, alimentação, material didático, taxas escolares, alojamento em instalações do campus universitário no qual o curso será realizado e passagem aérea nacional e hospedagem para participação na orientação.

O professor Paulo Barbosa, do município de Lontra (MG), disse que sem esse apoio financeiro seria praticamente impossível fazer um curso em outro país. “Creio que 100% das nossas aulas vão ter uma melhora com esse programa.”

O embarque dos professores começou na sexta-feira e vai até este domingo (30). As aulas nos Estados Unidos começam já na segunda (1º) e vão até 9 de agosto, data em que os selecionados começam a voltar para o Brasil.

topo ↗

O POVO - CE - TEMPO REAL

Professores da rede pública fazem curso nos EUA

Geidla Silva Manuel tem 31 anos e é professora de inglês da rede pública da cidade de Mariana, Minas Gerais. Sara Gleice Gomes de Almeida, 33 anos, tem a mesma profissão e leciona em Belém, no Pará. Mais de 2,6 mil quilômetros as separam no Brasil, mas na próxima semana as duas vão se encontrar para uma capacitação nos Estados Unidos. As professoras foram selecionadas no último edital do Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos Estados Unidos (PDPI) oferecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, a **Capes**.

No total, 486 professores de todas das regiões do Brasil vão participar do programa oferecido em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos e a Comissão Fulbright.

Essa é a segunda vez que Geidla se inscreve para a bolsa. Em 2017, não foi selecionada. Neste ano, antes de saber que iria para Austin, no Texas, teve que olhar duas vezes para achar seu nome na relação de aprovados. “teve um problema no sistema e colocaram a lista do ano passado. Aí quando colocaram a certa quase morri de felicidade. Já estou louca para chegar lá, o coração está na boca”, conta.

Sensação semelhante viveu Sara Gleice. A paraense ficou nove meses nos Estados Unidos em 2014 e voltou para o Brasil para dar aulas de inglês. Ela e outro colega da Escola Municipal Padre Leandro Pinheiro vão participar da capacitação. “Estou muito grata, muito feliz pela oportunidade que os professores de escola pública vão ter. É um presente de ouro e vou usufruir dessa chance para levar o melhor para os meus alunos.”

Qualificação

A coordenadora-geral de Formação de Docentes da Educação Básica da **Capes**, Izabel Pessoa, diz que o programa já teve mais de dez edições e segue com o objetivo de compartilhar experiências e qualificar os professores brasileiros. “Os professores vão fazer o treinamento da língua inglesa e o compartilhamento de metodologias de ensino para capacitar esse profissional brasileiro”, conta.

O programa oferece aos aprovados passagem aérea, ajuda de custo, reembolso da taxa de solicitação de visto, seguro saúde, deslocamento nos EUA, alimentação, material didático, taxas escolares, alojamento em instalações do campus universitário no qual o curso será realizado e passagem aérea nacional e hospedagem para participação na orientação.

O professor Paulo Barbosa, do município de Lontra (MG), disse que sem esse apoio financeiro seria praticamente impossível fazer um curso em outro país. “Creio que 100% das nossas aulas vão ter uma melhora com esse programa.”

O embarque dos professores começou na sexta-feira e vai até este domingo (30). As aulas nos Estados Unidos começam já na segunda (1º) e vão até 9 de agosto, data em que os selecionados começam a voltar para o Brasil.

topo ↗

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Professores da rede pública fazem curso nos EUA

Geidla Silva Manuel tem 31 anos e é professora de inglês da rede pública da cidade de Mariana, Minas Gerais. Sara Gleice Gomes de Almeida, 33 anos, tem a mesma profissão e leciona em Belém, no Pará. Mais de 2,6 mil quilômetros as separam no Brasil, mas na próxima semana as duas vão se encontrar para uma capacitação nos Estados Unidos. As professoras foram selecionadas no último edital do Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos Estados Unidos (PDPI) oferecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, a **Capes**.

No total, 486 professores de todas das regiões do Brasil vão participar do programa oferecido em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos e a Comissão Fulbright.

Essa é a segunda vez que Geidla se inscreve para a bolsa. Em 2017, não foi selecionada. Neste ano, antes de saber que iria para Austin, no Texas, teve que olhar duas vezes para achar seu nome na relação de aprovados. “teve um problema no sistema e colocaram a lista do ano passado. Aí quando colocaram a certa quase morri de felicidade. Já estou louca para chegar lá, o coração está na boca”, conta.

Sensação semelhante viveu Sara Gleice. A paraense ficou nove meses nos Estados Unidos em 2014 e voltou para o Brasil para dar aulas de inglês. Ela e outro colega da Escola Municipal Padre Leandro Pinheiro vão participar da capacitação. “Estou muito grata, muito feliz pela oportunidade que os professores de escola pública vão ter. É um presente de ouro e vou usufruir dessa chance para levar o melhor para os meus alunos.”

Qualificação

A coordenadora-geral de Formação de Docentes da Educação Básica da **Capes**, Izabel Pessoa, diz que o programa já teve mais de dez edições e segue com o objetivo de compartilhar experiências e qualificar os professores brasileiros. “Os professores vão fazer o treinamento da língua inglesa e o compartilhamento de metodologias de ensino para capacitar esse profissional brasileiro”, conta.

O programa oferece aos aprovados passagem aérea, ajuda de custo, reembolso da taxa de solicitação de visto, seguro saúde, deslocamento nos EUA, alimentação, material didático, taxas escolares, alojamento em instalações do campus universitário no qual o curso será realizado e passagem aérea nacional e hospedagem para participação na orientação.

O professor Paulo Barbosa, do município de Lontra (MG), disse que sem esse apoio financeiro seria praticamente impossível fazer um curso em outro país. “Creio que 100% das nossas aulas vão ter uma melhora com esse programa.”

O embarque dos professores começou na sexta-feira e vai até este domingo (30). As aulas nos Estados Unidos começam já na segunda (1º) e vão até 9 de agosto, data em que os selecionados começam a voltar para o Brasil.

topo ↕

YAHOO! NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Professores da rede pública fazem curso nos EUA

Geidla Silva Manuel tem 31 anos e é professora de inglês da rede pública da cidade de Mariana, Minas Gerais. Sara Gleice Gomes de Almeida, 33 anos, tem a mesma profissão e leciona em Belém, no Pará. Mais de 2,6 mil quilômetros as separam no

Brasil, mas na próxima semana as duas vão se encontrar para uma capacitação nos Estados Unidos. As professoras foram selecionadas no último edital do Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos Estados Unidos (PDPI) oferecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, a **Capes**.

No total, 486 professores de todas as regiões do Brasil vão participar do programa oferecido em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos e a Comissão Fulbright.

Essa é a segunda vez que Geidla se inscreve para a bolsa. Em 2017, não foi selecionada. Neste ano, antes de saber que iria para Austin, no Texas, teve que olhar duas vezes para achar seu nome na relação de aprovados. “teve um problema no sistema e colocaram a lista do ano passado. Aí quando colocaram a certa quase morri de felicidade. Já estou louca para chegar lá, o coração está na boca”, conta.

Sensação semelhante viveu Sara Gleice. A paraense ficou nove meses nos Estados Unidos em 2014 e voltou para o Brasil para dar aulas de inglês. Ela e outro colega da Escola Municipal Padre Leandro Pinheiro vão participar da capacitação. “Estou muito grata, muito feliz pela oportunidade que os professores de escola pública vão ter. É um presente de ouro e vou usufruir dessa chance para levar o melhor para os meus alunos.”

Qualificação

A coordenadora-geral de Formação de Docentes da Educação Básica da **Capes**, Izabel Pessoa, diz que o programa já teve mais de dez edições e segue com o objetivo de compartilhar experiências e qualificar os professores brasileiros. “Os professores vão fazer o treinamento da língua inglesa e o compartilhamento de metodologias de ensino para capacitar esse profissional brasileiro”, conta.

O programa oferece aos aprovados passagem aérea, ajuda de custo, reembolso da taxa de solicitação de visto, seguro saúde, deslocamento nos EUA, alimentação, material didático, taxas escolares, alojamento em instalações do campus universitário no qual o curso será realizado e passagem aérea nacional e hospedagem para participação na orientação.

O professor Paulo Barbosa, do município de Lontra (MG), disse que sem esse apoio financeiro seria praticamente impossível fazer um curso em outro país. “Creio que 100% das nossas aulas vão ter uma melhora com esse programa.”

O embarque dos professores começou na sexta-feira e vai até este domingo (30). As aulas nos Estados Unidos começam já na segunda (1º) e vão até 9 de agosto, data em que os selecionados começam a voltar para o Brasil.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Abandonada, obra de creche tem mato alto e infiltrações perto de posto de saúde em Cosmópolis

Moradores do Parque Ester afirmam que já pediram limpeza, mas prefeitura não tomou atitude. Executivo afirma que vai realizar corte de mato e intensificar patrulha.

Uma obra abandonada que deveria abrigar uma creche no Parque Ester, em Cosmópolis (SP), acumula mato alto e infiltrações. O local não tem proteção e moradores relatam

que usuários de drogas dormem na construção, que fica perto de um posto de saúde.

Moradora do bairro, Francisca de Almeida Souza conta que já fez requerimento na prefeitura para pedir a limpeza do local, mas nada foi feito. Ela reclama da falta de assistência do Poder Público.

"A prefeitura não pode ver um tijolo na rua que já manda nos multar, já manda fiscalizar as casas, as ruas. Mosquito da dengue que está matando pessoas e a creche nessa situação", denuncia.

Em nota, a prefeitura afirmou que a obra começou em 2012 e o prazo para concluir venceu em 2016, mas a gestão anterior não prestou contas e nem pediu prorrogação.

Já sobre a limpeza, a prefeitura diz que determinou a "limpeza imediata" do local e pediu a intensificação do patrulhamento da região pela Guarda Municipal.

Além disso, afirma que aguarda a autorização do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação, para retomar a obra. Enquanto isso, as crianças são atendidas pela creche Doraci Rodrigues e na Escola Municipal de Educação Básica Jenny Rossi Rogge, que fica no próprio bairro.

"Tudo que a prefeitura tinha que fazer foi feito. Agora precisamos da autorização do FNDE e isso não tem um prazo fixado, infelizmente. O que temos é o valor inicial que era de cerca de R\$ 1,2 milhão. Foram gastos mais de R\$ 600 mil e esse investimento nos impede, inclusive, de assumir a obra com recursos próprios porque não houve prestação de contas desse valor".

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

AP tem 97,2% dos alunos do ensino médio com baixa aprendizagem de matemática

Índice do Amapá é o menor do país e média nacional ficou em 9,1%. Estudo do Todos pela Educação foi feito com base nos dados de 2017.

Mesmo com aumento de 0,4 pontos percentuais em dois anos, o Amapá ainda está com o pior desempenho do país no aprendizado adequado de matemática entre os estudantes do 3º ano do ensino médio. Números do movimento Todos pela Educação mostram que apenas 2,8% dos alunos nessa série estão aprendendo tudo o que deveriam aprender.

Os dados integram o Anuário Brasileiro da Educação 2019, que analisou dados de 2017 do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). A média nacional ficou em 9,1%, quase três vezes maior que a do Amapá.

O aprendizado em matemática no ensino médio é o menor indicador do estado no anuário, que avalia estudantes do 5º e 9º anos do ensino fundamental. Apesar de taxas menores que as médias do país, o Amapá teve aumento em todas as séries analisadas entre 2015 e 2017.

O que é aprendizado adequado?

Para medir se um aluno aprendeu ou não o que se esperava dele até aquele ano, o Todos pela Educação usa, como referência, o nível médio de alguns países que servem de modelo para o sistema educacional do Brasil.

Em 2006, o movimento reuniu especialistas para desenvolver um método de comparação entre os resultados do Brasil no Saeb com o resultado médio dos países que participam do Pisa, o Programa de Avaliação Internacional dos Estudantes, aplicado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No ensino médio, o desempenho médio dos países no Pisa equivalem, no Saeb, às notas 300 em língua portuguesa e 350 em matemática.

"Consideramos que os estudantes têm aprendizado adequado quando atingem ou superam os níveis correspondentes ao seu ano nas avaliações do Saeb", diz o relatório. Para ler mais notícias do estado, acesse o G1 Amapá.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - ARTIGO

Universidade pública para todos

O gasto médio do governo por aluno no Brasil é menos da metade dos países da OCDE - 3.800 dólares contra 8.700, para o primeiro ciclo do Ensino Fundamental. Ou seja, o fato é que gastamos muito pouco com a Educação Básica. Com creches, então, nesse ritmo, esqueçam. Esse é o problema. Claro, cristalino.

E vem a pergunta: cobrar mensalidades dos alunos e alunas das universidades públicas é a solução? Deduzindo os 50% de alunos das universidades públicas que são cotistas, mais os que comprovarem não ter renda suficiente para cobrir as despesas, mais ainda os que pagarem só em parte e depois inadimplirem, o que vai ser arrecadado com a cobrança de mensalidades na Universidade Pública vai melhorar em que nível o quadro de penúria dos investimentos do governo na Educação?

Essa história de cortar e de cobrar para atender ao contribuinte preocupado é uma falácia para encobrir um interesse muito mais perverso: o desmonte da universidade como unidade de ensino, extensão e pesquisa, como comunidade de inovação, como centro reconhecido de análise sobre os problemas do país e como referência para os que buscam uma crítica abalizada das boas e más práticas dos governos.

Exatamente por termos uma população média sem formação para a análise científica dos fatos - afinal foram tantas décadas sem investimentos adequados no ensino superior - que os membros do governo ainda têm respaldo para os comentários que fazem, como criticar as universidades públicas de fazerem pouca pesquisa ou de não contribuírem para o desenvolvimento econômico do país. A falácia da improdutividade das universidades públicas brasileiras é tão facilmente desmentida pelos números do próprio MEC que nem vale a pena fundamentar uma defesa da gratuidade com esse argumento. É óbvio demais.

Mas imaginemos que o governo faça o que promete: teremos alunos cotistas e alunos bolsistas integrais, alunos meio bolsistas, alunos que financiarão suas mensalidades em instituições financeiras e alunos abonados que confundirão seus boletos da universidade com o do apartamento de Miami. Ok, será feito um tipo de justiça. Quem tem recursos, pague. Justo? Imagine que você tem seu carro novo roubado e peça ajuda a um policial e ele lhe apresente uma tabela com os preços que você deve pagar pelos serviços dele. Afinal, você pode, não? Justo? Segundo o jornal El País de 8 de junho de 2018, "quatro de cada dez pessoas que concluíram os estudos universitários nos EUA têm de devolver

algum tipo de empréstimo.

O total supera 1,5 trilhão de dólares (5,9 trilhões de reais), um montante que ultrapassa a riqueza de uma economia avançada como a da Espanha”. Um governo ruim é aquele que defende algo cujas consequências ele não se preocupa em calcular. Um governo é ainda pior quando há precedentes e dados estatísticos conhecidos e disponíveis e, mesmo assim, não se preocupa com as consequências de seus atos.

A Universidade Pública deve ser igual para todos os que a frequentam. Gratuita nunca foi. As pessoas pagam imposto e usufruem de direitos. O de estudar é um deles. O de ir a um posto de saúde, outro. O de contar com segurança pública, mais um. Falta agora um governo que avance, buscando mais qualidade e ainda maior abrangência. Isso exige conhecimento, competência e seriedade.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

**Mourão : educação moral e cívica pode voltar para currículos escolares
Presidente em exercício diz que o assunto está sendo estudado no Ministério da Educação, que, no momento, é um "local de combate"**

O presidente em exercício, Hamilton Mourão (PRTB), afirmou, nesta sexta-feira (28/06/2019), que o governo pode promover a volta de educação moral e cívica para os currículos escolares. Segundo ele, o ministério da Educação (MEC) tem sido um “local de combate”, mas que a volta da disciplina está no radar do presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL). As informações são do portal IG.

“Vocês sabem que o ministério [da Educação] tem sido um lugar de combate direto. Não se desmancha tudo que existe lá da noite pro dia. Tem que ser um trabalho bem organizado. Mas é determinação e a diretriz do presidente que matérias dessa natureza retornem”, lembrou o vice de Bolsonaro.

Mourão diz reconhecer que a pauta dos costumes é delicada e que é preciso cuidado para não tirar o governo do rumo que pretende seguir.

“O presidente já se deu conta disso, ele não abandona o compromisso que ele tem com as pessoas que o elegeram. Mas ele sabe que determinados movimentos não podem ser feitos pela conjuntura que se vive hoje no mundo como um todo”, garantiu.

O presidente em exercício considera que Bolsonaro está tendo “foco” e tem cumprido os objetivos propostas na sua viagem ao Japão, na cúpula do G20.

“Estou acompanhando essa viagem dele ao Japão, ele tem batido todos os objetivos que nós nos propusemos nesse período. As coisas vão ficar cada vez no rumo que todos nós esperamos”, completou.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

**Governo avalia retorno do ensino de educação moral e cívica, diz Mourão
Vice-presidente afirma que a volta da disciplina aos currículos escolares está no "radar" do presidente Jair Bolsonaro**

O presidente da República em exercício, Hamilton Mourão, disse nesta sexta-feira (28), que o governo deve promover a volta de educação moral e cívica aos currículos escolares, em discussão no Ministério da Educação. Segundo ele, a volta da disciplina

está no "radar" do presidente Jair Bolsonaro.

“Vocês sabem que o ministério [da Educação] tem sido um lugar de combate direto. Não se desmancha tudo que existe lá da noite para o dia. Tem que ser um trabalho bem organizado. Mas é determinação e a diretriz do presidente que matérias dessa natureza retornem”, afirmou Mourão, que deu uma palestra na Associação Comercial do Paraná.

Ele contou que estudou nos Estados Unidos durante sua adolescência e havia, segundo ele, uma disciplina semelhante à educação moral e cívica, acrescentando que não se trata de algo relacionado a um campo ideológico específico.

“Vi uma matéria chamada cívica, que era exatamente ensinar a Constituição, formação da nacionalidade, todas as coisas que eram ensinadas em educação moral e cívica. Isso não é uma coisa da direita nem da esquerda, isso é educação”, destacou o vice-presidente.

Eixos

Mourão disse ainda que o governo de Bolsonaro trabalha com três eixos. O primeiro é o econômico, a cargo do ministro da Economia, Paulo Guedes. O segundo é o da segurança pública, sob o comando do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. E o terceiro é a agenda de costumes. “É um projeto caro ao presidente, e isso está sendo conduzido por ele, pessoalmente”.

Bolsonaro assina projeto de lei sobre educação domiciliar

O presidente em exercício, reconheceu, no entanto, que a pauta dos costumes é delicada, e que é preciso cuidado para não tirar o governo do rumo que pretende seguir.

“O presidente já se deu conta disso, ele não abandona o compromisso que ele tem com as pessoas que o elegeram, mas ele sabe que determinados movimentos não podem ser feitos pela conjuntura que se vive hoje no mundo como um todo”, avalia Mourão.

Para Mourão, Bolsonaro tem tido "foco" e tem cumprido os objetivos propostos para sua viagem ao Japão, na cúpula do G20, bloco das 20 maiores economias do mundo. “Estou acompanhando essa viagem dele ao Japão, ele tem batido todos os objetivos que nós nos propusemos nesse período. As coisas vão ficar cada vez no rumo que todos nós esperamos”.

[topo](#)

REPÓRTER HOJE - ÚLTIMAS DE HOJE

Professores da rede pública fazem curso nos EUA

Geidla Silva Manuel tem 31 anos e é professora de inglês da rede pública da cidade de Mariana, Minas Gerais. Sara Gleice Gomes de Almeida, 33 anos, tem a mesma profissão e leciona em Belém, no Pará. Mais de 2,6 mil quilômetros as separam no Brasil, mas na próxima semana as duas vão se encontrar para uma capacitação nos Estados Unidos. As professoras foram selecionadas no último edital do Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos Estados Unidos (PDPI) oferecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, a **Capes**.

No total, 486 professores de todas das regiões do Brasil vão participar do programa oferecido em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos e a Comissão Fulbright.

Essa é a segunda vez que Geidla se inscreve para a bolsa. Em 2017, não foi selecionada. Neste ano, antes de saber que iria para Austin, no Texas, teve que olhar duas vezes para achar seu nome na relação de aprovados. “teve um problema no sistema e colocaram a lista do ano passado. Aí quando colocaram a certa quase morri de felicidade. Já estou louca para chegar lá, o coração está na boca”, conta.

Sensação semelhante viveu Sara Gleice. A paraense ficou nove meses nos Estados Unidos em 2014 e voltou para o Brasil para dar aulas de inglês. Ela e outro colega da Escola Municipal Padre Leandro Pinheiro vão participar da capacitação. “Estou muito grata, muito feliz pela oportunidade que os professores de escola pública vão ter. É um presente de ouro e vou usufruir dessa chance para levar o melhor para os meus alunos.”

Qualificação

A coordenadora-geral de Formação de Docentes da Educação Básica da **Capes**, Izabel Pessoa, diz que o programa já teve mais de dez edições e segue com o objetivo de compartilhar experiências e qualificar os professores brasileiros. “Os professores vão fazer o treinamento da língua inglesa e o compartilhamento de metodologias de ensino para capacitar esse profissional brasileiro”, conta.

O programa oferece aos aprovados passagem aérea, ajuda de custo, reembolso da taxa de solicitação de visto, seguro saúde, deslocamento nos EUA, alimentação, material didático, taxas escolares, alojamento em instalações do campus universitário no qual o curso será realizado e passagem aérea nacional e hospedagem para participação na orientação.

O professor Paulo Barbosa, do município de Lontra (MG), disse que sem esse apoio financeiro seria praticamente impossível fazer um curso em outro país. “Creio que 100% das nossas aulas vão ter uma melhora com esse programa.”

O embarque dos professores começou na sexta-feira e vai até este domingo (30). As aulas nos Estados Unidos começam já na segunda (1º) e vão até 9 de agosto, data em que os selecionados começam a voltar para o Brasil.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Ministro adota no MEC estilo de menos gastos e mais guerra ideológica

Em dezembro de 2018, Abraham Weintraub ainda não era ministro da Educação, mas já participava do governo de transição de Jair Bolsonaro. Durante uma palestra na recém-lançada Cúpula Conservadora, idealizada por Eduardo Bolsonaro, o economista revelou uma das maneiras que poderia ajudar o presidente eleito:

"Um pouco da contribuição que a gente pode dar é como vencer o marxismo cultural nas universidades", afirmou Weintraub, para satisfação de uma plateia simpática ao lema do encontro, que se apresentava como "conservador nos costumes, mas liberal na economia".

A receita para combater o marxismo cultural (o suposto controle ideológico de movimentos de esquerda sobre universidades e meios de comunicação), segundo Weintraub, seria aplicar a teoria de Olavo de Carvalho, apontado como ideólogo do bolsonarismo.

Desde abril, quando assumiu o comando do MEC, o ministro teve como tema recorrente de sua gestão o debate sobre a aplicação de recursos em universidades federais. Weintraub se tornou alvo de críticas logo após uma de suas primeiras entrevistas depois de assumir o cargo.

"Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas", disse o ministro, em entrevista ao jornal O Estado de S.Paulo.

A ameaça de cortes de verbas acabaria, em seguida, materializada no anúncio de um bloqueio de 30% do orçamento das universidades federais para despesas não obrigatórias. A decisão do ministério motivou as primeiras grandes manifestações de rua contra o governo, realizadas em 15 de maio.

Seguindo o exemplo do presidente Bolsonaro, Weintraub como ministro também adotou as redes sociais como ferramenta de comunicação com a população. Entre os tuítes e vídeos no Facebook, o ministro virou meme ao usar chocolates para explicar as mudanças nos gastos com educação, ao fazer uma paródia de "Singing in the Rain" para desmentir "fake news" e ao cometer deslizes ortográficos.

Na última quinta (27), outro tuíte de Weintraub provocou reações negativas até de simpatizantes do governo Bolsonaro. Dois dias após a prisão de um militar brasileiro com 39 kg de cocaína em um avião da comitiva de uma viagem presidencial ao exterior, o ministro reagiu à notícia com um ataque irônico ao petismo: "No passado o avião presidencial já transportou drogas em maior quantidade. Alguém sabe o peso do Lula ou da Dilma?", escreveu o comandante do MEC no Twitter.

O misto de ironia, pragmatismo e agressividade na defesa de um controle mais rigoroso de gastos e do discurso contra o marxismo cultural ilustram o perfil de Weintraub: um economista que atuou por duas décadas como executivo no mercado financeiro e que, após se tornar professor universitário, passou a travar uma guerra ideológica contra grupos de esquerda.

De estagiário a diretor em instituição financeira

Em seus 47 anos de vida, o paulistano Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub dedicou a maior parte de sua trajetória profissional ao Grupo Votorantim. Recém-formado em economia pela USP, foi contratado pela empresa como estagiário em meados da década de 1990.

"Ele fez carreira lá dentro, chegando a ser economista-chefe do Banco Votorantim e, depois, ficou como diretor da corretora de valores", recorda Wilson Masao Kuzuhara, que presidiu a instituição entre 1993 e 2011. "É uma pessoa muito inteligente, de formação judia, estudioso, trabalhador, bastante dedicado."

Kuzuhara diz ter Weintraub como um amigo e faz muitos elogios ao perfil "racional, objetivo e de força" do atual ministro como executivo, mas admite ter se surpreendido com a sua indicação para o cargo.

"Não vi nele, até onde trabalhou comigo, os pré-requisitos necessários para poder

assumir um órgão tão grande de educação. Ele era competente para outras coisas", afirma o ex-presidente do Banco Votorantim. "Mas torço para dar certo. É uma pessoa ambiciosa, com uma conduta bem clara. Deve estar aprendendo a lidar com conflitos e oposições."

Depois de deixar o banco, Weintraub trabalhou por quase dois anos na Quest Investimentos, administradora de recursos fundada pelo economista Luiz Carlos Mendonça de Barros. Lá, as lembranças de funcionários que trabalharam com o ministro não são tão positivas. Ex-colegas de Weintraub na Quest dizem que o seu estilo "personalista" e "humor inconstante" dificultavam a convivência com ele.

Os embates como professor na Unifesp

A partir de 2014, teve início a atuação de Abraham Weintraub como professor dos cursos de Ciências Atuariais e de Ciências Contábeis na Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), onde teve a companhia de sua mulher, Daniela, e do irmão Arthur (atualmente assessor da Presidência da República), também professores da universidade.

Começava, então, aquilo que o ministro descreveu na Cúpula Conservadora como "a experiência de aplicar a teoria de Olavo de Carvalho para lidar com o marxismo cultural". Na palestra de dezembro, Weintraub contou que, ao final de algumas aulas, oferecia aos alunos interessados uma apresentação em que apontava contradições e malefícios do comunismo.

"A gente tem que ser mais engraçado do que os comunistas", afirmou para a plateia de simpatizantes na cúpula. "A gente tem que ganhar a juventude, com humor e inteligência."

A partir de 2017, Weintraub passou a viver um clima de conflito e tensão com boa parte dos alunos e professores da Unifesp. O estopim para o embate foi um comunicado assinado pelos irmãos Abraham e Arthur em que a campanha de Jair Bolsonaro apresentava o seu diagnóstico sobre a situação política e econômica do Brasil.

Poucos dias depois, o Diretório Acadêmico da Unifesp divulgou uma nota em que repudiava o apoio dos dois professores à candidatura de Bolsonaro. A crítica política dos alunos motivou uma reação contundente dos irmãos Weintraub.

Na resposta publicada por Arthur no Facebook, os irmãos ironizavam os autores da nota de repúdio e apontavam que o texto era assinado apenas por alunos dos cursos de Economia e Relações Internacionais, em que os Weintraub não lecionavam, e não tinha o apoio dos outros três cursos do campus de Osasco (SP) da Unifesp.

Na palestra de dezembro, ao comentar o embate ao lado do irmão, Arthur Weintraub também recorreu às lições de Olavo de Carvalho: "Quando um comunista ou socialista chegar pra você com um papo fronzinho, você pega e manda ele para aquele lugar, xinga, faz o que o professor Olavo fala. Quando você for dialogar com uma pessoa sem integridade intelectual, você não pode ter premissas racionais".

Caçada após "saída do armário"

Os irmãos Weintraub alegam que passaram a ser "caçados" na Unifesp depois que

"saíram do armário" e manifestaram apoio a Bolsonaro. Dizem ter sido vítimas de perseguição e que tiveram apenas o apoio de parte dos alunos e quase nenhum professor.

O presidente da Associação dos Docentes da Unifesp, Daniel Feldmann, diz que foi a maneira "depreciativa e desmerecedora" como Weintraub passou a tratar as universidades que levaram professores de diferentes orientações a rechaçar o ministro.

Por meio de nota, a Unifesp afirmou que é "espaço para discussão ampla e irrestrita de diferentes pontos de vista" e que "não aceita quaisquer formas de violência ou cerceamento de opinião e livre pensamento". Os irmãos Weintraub se licenciaram da universidade em novembro, quando passaram a integrar a equipe de transição de governo.

A nota de repúdio dos alunos da Unifesp e a reação dos irmãos Weintraub deram início a uma série de trocas de acusações que foram parar na Justiça.

Estudantes que chegaram a acusar o ministro e seu irmão de nepotismo e a questionar o caráter dos dois por conta de uma tentativa de ambos de interditar o pai foram processados pelos Weintraub, que pedem indenização por danos morais.

Filhos do psiquiatra Mauro Salomão Weintraub, Arthur e Abraham estiveram envolvidos em uma disputa judicial pelo controle de parte dos bens da família, mas tanto os irmãos como o pai não comentam o caso.

A aproximação dos irmãos Weintraub com Bolsonaro aconteceu por intermédio do atual ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. Arthur conheceu o então deputado federal durante um debate sobre a reforma da Previdência na Câmara.

Os dois irmãos contribuíram com a equipe econômica da campanha de Bolsonaro, fizeram parte da transição de governo e passaram a ocupar cargos na administração federal a partir de janeiro -- antes de comandar o MEC, Abraham Weintraub era secretário executivo da Casa Civil.

Controle de gastos no MEC

Como ministro da educação, Weintraub tem insistido que a prioridade da pasta é fortalecer a educação básica. A sua gestão, no entanto, tem girado em torno de medidas para um maior controle de gastos. Com isso, especialistas em educação têm adotado um tom crítico ao avaliar o início de sua gestão.

"Essa visão de que você prioriza o ensino básico em relação ao superior é completamente equivocada", diz Roberto Catelli, doutor em educação pela USP e coordenador da Ação Educativa. "São campos distintos, ambos absolutamente importantes do ponto de vista de pensar uma política de desenvolvimento do país."

"A marca (de Weintraub como ministro) é a falta de debate sobre as questões centrais para educação - como conseguir mais recursos, valorizar a carreira docente, trabalhar pela alfabetização de crianças e adultos", acrescenta Catelli. "Em lugar disso, temos uma guerra ideológica, cortes em diversas áreas, esvaziamento do debate público e principalmente a universidade colocada como uma espécie de inimiga do governo."

A reportagem do UOL formalizou, por telefone e email (tanto à assessoria de comunicação do MEC como diretamente ao ministro), um pedido de entrevista com Weintraub para que ele comentasse os episódios e as críticas citadas. A solicitação foi reforçada desde o último dia 17, mas o ministro não quis se pronunciar.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Professores da rede pública fazem curso nos EUA

Geidla Silva Manuel tem 31 anos e é professora de inglês da rede pública da cidade de Mariana, Minas Gerais. Sara Gleice Gomes de Almeida, 33 anos, tem a mesma profissão e leciona em Belém, no Pará. Mais de 2,6 mil quilômetros as separam no Brasil, mas na próxima semana as duas vão se encontrar para uma capacitação nos Estados Unidos. As professoras foram selecionadas no último edital do Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos Estados Unidos (PDPI) oferecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes.**

No total, 486 professores de todas das regiões do Brasil vão participar do programa oferecido em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos e a Comissão Fulbright.

Essa é a segunda vez que Geidla se inscreve para a bolsa. Em 2017, não foi selecionada. Neste ano, antes de saber que iria para Austin, no Texas, teve que olhar duas vezes para achar seu nome na relação de aprovados. "teve um problema no sistema e colocaram a lista do ano passado. Aí quando colocaram a certa quase morri de felicidade. Já estou louca para chegar lá, o coração está na boca", conta.

Sensação semelhante viveu Sara Gleice. A paraense ficou nove meses nos Estados Unidos em 2014 e voltou para o Brasil para dar aulas de inglês. Ela e outro colega da Escola Municipal Padre Leandro Pinheiro vão participar da capacitação. "Estou muito grata, muito feliz pela oportunidade que os professores de escola pública vão ter. É um presente de ouro e vou usufruir dessa chance para levar o melhor para os meus alunos."

Qualificação

A coordenadora-geral de Formação de Docentes da Educação Básica da **Capex**, Izabel Pessoa, diz que o programa já teve mais de dez edições e segue com o objetivo de compartilhar experiências e qualificar os professores brasileiros. "Os professores vão fazer o treinamento da língua inglesa e o compartilhamento de metodologias de ensino para capacitar esse profissional brasileiro", conta.

O programa oferece aos aprovados passagem aérea, ajuda de custo, reembolso da taxa de solicitação de visto, seguro saúde, deslocamento nos EUA, alimentação, material didático, taxas escolares, alojamento em instalações do campus universitário no qual o curso será realizado e passagem aérea nacional e hospedagem para participação na orientação.

O professor Paulo Barbosa, do município de Lontra (MG), disse que sem esse apoio financeiro seria praticamente impossível fazer um curso em outro país. "Creio que 100% das nossas aulas vão ter uma melhora com esse programa."

O embarque dos professores começou na sexta-feira e vai até este domingo (30). As

aulas nos Estados Unidos começam já na segunda (1º) e vão até 9 de agosto, data em que os selecionados começam a voltar para o Brasil.

G1 - TEMPO REAL

UFSCar Sorocaba oferece bolsa de pós-doutorado na área de Ciência dos Materiais

Inscrições podem ser feitas até o dia 26 de julho.

O Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais (PPGCM-So) do Campus Sorocaba (SP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) está com inscrições abertas em processo de seleção de candidatos a uma bolsa de pós-doutorado oferecida pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O edital é voltado a pessoas com título de doutor em Ciência dos Materiais ou áreas afins. A bolsa tem duração de até 24 meses, com valor mensal de R\$ 4,1 mil. A seleção dos candidatos será composta por avaliação do currículo Lattes documentado e do plano de trabalho, além de arguição dos candidatos.

As inscrições serão efetuadas mediante envio da documentação listada no edital, disponível no site do programa, até o dia 26 de julho, exclusivamente por via postal. As instruções para inscrição e as demais informações sobre a seleção devem ser conferidas no edital. Dúvidas podem ser esclarecidas pelo e-mail ppgcm@ufscar.br.

topo ↕

DEFESA TV - TEMPO REAL

Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional investirá em recursos humanos e pesquisa

Ocorreu, na tarde da última segunda-feira (24), a cerimônia de assinatura do Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional (PROCAD-DEFESA). A iniciativa visa fomentar a cooperação entre instituições civis e militares para implementação de projetos voltados ao ensino, à produção de pesquisas científicas e tecnológicas e à formação de recursos humanos qualificados na área de defesa.

O acordo de cooperação entre o Ministério da Defesa e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** prevê a implementação de 12 projetos no valor total de R\$ 13 milhões. O recurso vai financiar a oferta de bolsas de estudo para mestrado, doutorado, pós-doutorado, além de doutorado sanduíche e de professor visitante no exterior.

Para o Ministro da Defesa, Fernando Azevedo, o programa reforça os tradicionais vínculos entre Defesa e Educação. “Estou certo que essa parceria, entre militares e a academia, será capaz de criar um círculo virtuoso de desenvolvimento, como ocorre nos países mais desenvolvidos”, ressaltou o Ministro, durante a solenidade.

Por sua vez, o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, destacou que só tinha a louvar pela iniciativa. “Tenho certeza que é mais um passo na direção correta”. À frente da **CAPES**, o presidente da Coordenação, **Anderson Ribeiro Correia**, falou da satisfação de celebrar a primeira edição da iniciativa.

“Temos o Pró-Defesa com quatro edições, mas chegou o momento de aumentar essa cooperação. Agradeço a oportunidade e a sensibilidade pelo programa, pelo incentivo para o sucesso desse empreendimento”, destacou.

Recursos humanos

A partir do PROCAD, será estimulada a realização de projetos de pesquisa com o envolvimento de profissionais e a utilização de infraestrutura disponíveis em diferentes Instituições de Ensino Superior (IES), Instituições Militares de Ensino e Pesquisa, Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), instituições governamentais e o setor produtivo.

Essa interação possibilitará a elaboração de pesquisas científicas e tecnológicas, bem como a formação de pós-graduados em defesa. A intenção é desenvolver ainda mais e consolidar o pensamento brasileiro nessa área.

As propostas aprovadas, no valor máximo de R\$ 1.121.663,04 por projeto, serão financiadas com recursos da **CAPES**, totalizando os R\$ 13 milhões. O recurso inclui as bolsas de estudo e as despesas de custeio.

Cada projeto deverá ser constituído por, no mínimo, três equipes, sendo que cada uma formada por um coordenador-geral e dois coordenadores associados. As propostas poderão ser enviadas pelo Proponente/Coordenador Geral até as 15h59 do dia 19 de agosto no formulário online <https://inscricao.capes.gov.br/individual>.

A cerimônia de assinatura do convênio também contou com a presença do secretário-geral do Ministério da Defesa, Almirante de Esquadra, Almir Garnier Santos, do chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, Tenente-Brigadeiro do Ar Raul Botelho, e do Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa, Paulo Humberto Cesar de Oliveira.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

USP propõe reformular pós-graduação e reduzir tempo para formar doutores

Aluno poderá migrar para doutorado ao fim do 1º ano de mestrado, para evitar hiato entre uma etapa e outra; Universidade diz que objetivo é diminuir burocracia e aumentar produção científica de grande impacto. Expectativa é iniciar mudança em 2020

A Universidade de São Paulo (USP) quer oferecer um novo modelo de pós-graduação, integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos. Com o novo formato, a instituição espera aumentar o número de doutores e, assim, estimular uma produção científica de maior impacto. Com a redução de um ano, também propõe oferecer um auxílio financeiro maior do que em outros programas para atrair os melhores pesquisadores do País.

A proposta foi encaminhada à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**Capes**), ligada ao Ministério da Educação (MEC) principal financiadora da pós-graduação na USP. O Estado apurou que a análise está em fase avançada e a expectativa é de que o convênio para o novo formato seja assinado ainda no 2º semestre, para que comece a vigorar em 2020. Outras três universidades – Unicamp, Unesp e Unifesp – estudam aderir à proposta.

Veja o texto na íntegra: O Estado de S. Paulo

topo ↕

JORNAL INTEGRAÇÃO BRASIL - NOTÍCIAS

Parceria entre Unioeste e empresa dos EUA para controle de pragas

Há cerca de 20 anos o grupo de pesquisa “Artrópodes, vetores e inimigos naturais” da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Cascavel, desenvolve projetos de pesquisa visando alternativas não químicas para o controle de pragas, vinculadas ao Programa de Pós-graduação em Conservação e Manejo de Recursos Naturais (PPRN), sob a coordenação do professor Dr. Luis Francisco Alves. Esses projetos possuem apoio financeiro do CNPq, Fundação Araucária e **CAPES**. Atualmente, parte do projeto é desenvolvido em conjunto com pesquisadores do INTA/Argentina, com apoio do Instituto Nacional da Erva-Mate (INYM), também daquele país.

Segundo o professor, a cultura da erva-mate tem grande relevância para o Paraná, que é hoje o principal estado produtor do Brasil em área cultivada e o segundo em produção de folha verde, pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017. Por ser atualmente produzida em monocultivos, algumas espécies de insetos e ácaros alcançaram o status de praga, com destaque para a ampola-da-erva-mate (*Gyropsylla spegazziniana*) e o complexo de ácaros, dentre eles o ácaro-vermelho (*Oligonychus yothersi*).

De acordo com ele os resultados recentes obtidos pela equipe levaram ao estabelecimento de uma parceria em fase de contratação, entre o Laboratório de Biotecnologia Agrícola/Unioeste e a empresa norte-americana Parry America Inc., Arlington, Texas, para desenvolvimento do projeto de pesquisa “Eficácia do produto Azamax®, visando ao controle da ampola-da-erva-mate (*Gyropsylla spegazziniana*) e do ácaro-vermelho (*Oligonychus yothersi*)”, cujo aporte financeiro será gestado pela Fundação de Apoio ao Ensino, Extensão, Pesquisa e Pós-graduação (Fundep). “Esse projeto trará resultados relevantes, pois contra essas pragas não há produto registrado para ser utilizado na erva-mate. Assim, é possível que em futuro não muito distante o produtor de erva-mate no Brasil tenha à sua disposição um produto de origem natural (o princípio ativo azadiractina é extraído do óleo dos frutos e sementes da planta conhecida popularmente por nim – *Azadirachta indica*), seguro ambientalmente e tem registro comercial no Brasil para utilização em vários cultivos orgânicos.” acrescenta.

Além disso, o professor ainda complementa, “o modo de ação do produto é específico para os insetos, agindo em sistemas e órgãos que os seres humanos não possuem. E o principal, a sua forma de utilização não expõe organismos não-alvo ao produto, como joaninhas, aranhas, tesourinhas e outros predadores, bem como as abelhas, já que pode é absorvido e se desloca internamente na planta, degradando-se naturalmente em pouco tempo, não deixando resíduos nas folhas.”

topo ↕

ME GUSTA CURITIBA - TEMPO REAL

Novo livro propõe critérios para indenizar o tempo desperdiçado nas relações de consumo

É raro encontrar quem nunca se incomodou ao gastar tempo considerável tentando resolver alguma situação com fornecedores em geral, como prestadores de serviços, empresas de telecomunicações, bancos, planos de saúde, comerciantes, etc. A sensação é de descaso, desrespeito e menosprezo.

A autora Laís Bergstein.

Muitos consumidores, frustrados com o atendimento recebido, reclamam nas redes sociais, gerando um impacto negativo à imagem das empresas, enquanto outros desistem de reclamar para não se incomodarem ainda mais. O que a maioria não sabe é que o tempo perdido nessas situações representa um direito violado, passível de ser indenizado.

E é cada vez maior o número de decisões judiciais condenando fornecedores ao pagamento de indenizações por danos morais devido à injusta ou involuntária perda do tempo do consumidor, também conhecidas como “teoria do tempo perdido”, “dano temporal” ou “desvio produtivo”. Elas já são encontradas em diversos estados brasileiros, inclusive no Superior Tribunal de Justiça (STJ) sob a rubrica dos danos morais coletivos, mas não há uma harmonização na compreensão sobre o tema, o que gera insegurança jurídica tanto para consumidores como para fornecedores.

Buscando preencher essa lacuna dos critérios para a reparação dessa especial modalidade de dano, a advogada e doutora em Direito, Laís Bergstein, acaba de lançar pela Editora Revista dos Tribunais o livro ‘O tempo do consumidor e o menosprezo planejado: o tratamento jurídico do tempo perdido e a superação das suas causas’.

A obra apresenta os efeitos jurídicos que o tempo exerce nas relações de consumo, em especial nos contratos de longa duração, e as possíveis consequências do atendimento inadequado ao consumidor. Segundo a autora, “ao passo que os consumidores estão cada dia mais exigentes e conscientes sobre seus direitos, em muitas situações os fornecedores não atendem a essas expectativas, resultando em inúmeras ações judiciais que poderiam ter sido evitadas com pequenas mudanças na forma de atendimento.” Para propor soluções a este problema, Laís Bergstein realizou uma extensa pesquisa no exterior e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob orientação da professora Claudia Lima Marques, uma das maiores referências em Direito do Consumidor no país.

A obra sugere, então, em quais situações surge ou não o dever de indenizar pelo tempo perdido e, a partir do estudo do Direito Comparado, propõe soluções para prevenir essa especial modalidade de dano, reduzindo assim as ações judiciais e a insatisfação dos consumidores.

A autora Laís Bergstein e o prof. René Ariel Dotti.

Para o Prof. René Ariel Dotti, renomado jurista paranaense, “a investigação de Laís Bergstein vai muito mais além da indicação do tempo como um bem jurídico imaterial inerente à pessoa natural ou jurídica, pois a autora apresenta os fundamentos jurídicos sobre o tema e explica a origem dos danos aos consumidores, propondo soluções para a superação do menosprezo planejado no mercado, que afeta a todos os consumidores”.

Laís Bergstein é Advogada, sócia do Escritório Professor René Dotti, Doutora em Direito do Consumidor e Concorrencial pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela PUC/PR e Bacharel pelo Centro Universitário Curitiba. Alumni do Centro de Estudos Europeus e Alemães (CDEA) e do programa Summer School in Consumer Law da Université du Québec à

Montréal (UQÂM). Pesquisadora convidada na Justus-Liebig-Universität Gießen (2018), vinculada aos grupos de pesquisa Mercosul, Direito do Consumidor e Globalização e Observatório da Violência Sistêmica (UFRGS) e Virada de Copérnico (UFPR). Secretária-Adjunta da Comissão Especial de Defesa do Consumidor do Conselho Federal da OAB. A tese de doutorado que originou esta obra foi indicada pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para o Prêmio CAPES 2019.

topo ↕

NEWS RONDÔNIA - TEMPO REAL

PROFESSOR PESQUISADOR CLÉLIO CAMPOLINA MINISTRARÁ PALESTRA NA UNIR-CENTRO, NO DIA DOIS DE JULHO

No dia 02/07, Clélio Campolina participará de entrevista coletiva, às 10h, no auditório da UNIR-Centro, e na sequência, às 10h30, palestrará sobre "Corrida Científica e Tecnológica Mundial"

Nos dias 2 e 3 de julho de 2019 o professor pesquisador Clélio Campolina, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), estará em Porto Velho para ministrar palestras e compartilhar informações sobre atividades de pesquisa em Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Desenvolvimento Regional.

No dia 02/07, Clélio Campolina participará de entrevista coletiva, às 10h, no auditório da UNIR-Centro, e na sequência, às 10h30, palestrará sobre "Corrida Científica e Tecnológica Mundial".

No dia 3 de julho, às 14h, ministrará a palestra Questão Urbana e Regional: Brasil e Amazônia, no Auditório do bloco 2F, no campus de Porto Velho.

A atividade é coordenada pelo professor Artur de Souza Moret, coordenador do Grupo de Pesquisa Energia Renovável Sustentável e docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Clélio Campolina – É professor emérito da FACE-UFMG, atuando principalmente nos seguintes temas: economia regional, desenvolvimento econômico, economia da tecnologia, economia brasileira e economia de Minas Gerais. Possui mais de 100 trabalhos publicados no Brasil e no exterior. Foi reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no período de março de 2010 a março de 2014; e ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, de março a dezembro de 2014. Vice-presidente da Regional Studies Association. Fellow of the Academy of Social Sciences (United Kingdom). Ex-diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, ex-diretor presidente do Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BHTEC), ex-coordenador da área de economia e membro do CTC da CAPES e ex-presidente da Câmara de Ciência Sociais Aplicadas da FAPEMIG.

topo ↕

UEPG - TEMPO REAL

Capex libera R\$ 496 mil para 21 programas de pós-graduação da UEPG

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** destinou R\$ 496 mil para os 21 programas de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O recurso tem origem no Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) e foi liberado no início da semana. O Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Giovanni Marino Favero, afirma que foi mantida a média de recursos dos anos anteriores. “A

CLIPPING



liberação do PROAP CAPES, sem contingenciamento, é importante para a manutenção básica dos diferentes programas de Pós-graduação da UEPG", esclarece Favero. De acordo com o pró-reitor, os recursos são utilizados segundo as prerrogativas de cada PPG, conhecedores das necessidades específicas de suas áreas, como a compra de reagentes, passagens, diárias e a presença de docentes de outras instituições para cursos e bancas.

